

**INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS ECONÓMICAS E EMPRESARIAIS**

**LICENCIATURA EM CONTABILIDADE E ADMISTRAÇÃO**

**RAMO: ADMINISTRAÇÃO E CONTROLO FINANCEIRO**

**“O RESULTADO TRIBUTAVÉL DAS CONTAS CONSOLIDADAS”**

**- Caso: Grupo Tecnici -**

**FÉLIX ANTÓNIO LIMA VIEIRA**

**Praia, Junho de 2010**

**INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS ECONÓMICAS E EMPRESARIAIS**

**LICENCIATURA EM CONTABILIDADE E ADMINISTRAÇÃO**

**RAMO: ADMINISTRAÇÃO E CONTROLO FINANCEIRO**

**“O RESULTADO TRIBUTAVÉL DAS CONTAS CONSOLIDADAS”**

**- Caso: Grupo Tecnici -**

**Monografia submetida ao curso de  
Contabilidade e Administração do Instituto  
Superior de Ciência Económicas e Empresariais,  
como requisito obrigatório para obtenção do  
grau de Licenciatura.**

Por: Félix António Lima Vieira

Nº SV-02.227

Orientador: Mestre Adalberto de Oliveira Mendes

Praia, Junho de 2010

## **DEDICATÓRIA**

Dedico este trabalho a toda a minha  
Família, em especial aos meus  
Pais, António Lima Vieira e Maria Adelaide Vieira  
que em muito contribuíram para a realização do mesmo.  
Obrigado, por terem me mostrado que o  
Sacrifício e árduo trabalho são o caminho do  
Sucesso.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço em primeiro lugar a Deus, pela força espiritual que Deu-me quando as minhas tinham-se esgotado e, por tudo de bom que tem acontecido comigo, mesmo quando marchei por caminhos espinhosos, Esteve do meu lado.

Aos meus pais pelos conselhos, por perseverarem e por nunca desistirem de mim, pelo apoio incondicional durante o início, ausência, retorno e termo do meu trajecto, um obrigado especial.

Aos meus irmãos e avós por mesmo sem contribuírem de forma directa na conclusão do meu curso, tiveram muita preocupação e sempre apoiando de uma forma ou de outra, e mesmo distantes fizeram-se presente nessa longa jornada.

Ao meu orientador e Mestre Adalberto Oliveira Mendes, pela sua orientação, insistência, rigor que possibilitaram o aprimoramento deste trabalho.

A todos os meus colegas e amigos que deram sua amizade e cumplicidade, em especial a Ângela Vieira, que deu-me o seu apoio incondicional.

Ao ISCEE pela oportunidade que me ofereceu de poder formar-me como profissional e em muito contribui para a construção do meu carácter enquanto pessoa.

E por fim, mas não menos importante, gostaria também de agradecer a todos quantos contribuíram, ainda que de forma indirecta à concretização deste sonho. MUITO OBRIGADO!

*“Com o nascimento desta figura (grupo de sociedades), eixo do mundo económico actual, a contabilidade foi enriquecida pela incorporação no seu património de um novo sujeito e por ter de investigar as características próprias do mesmo. Como consequência, surge a técnica dos documentos consolidados, cujo objecto é fornecer uma informação económica e financeira da superempresa ou grupo de sociedades. Trata-se, pois, de uma informação coerente cujo ponto de partida é a eliminação das operações realizadas no seio do grupo para apresentar unicamente as grandezas que sejam o resultado das transacções com agentes económicos do exterior. Uma boa informação consolidada mostra, inclusivamente, o centro donde irradia o poder de decisão, assim como a origem, a estrutura e as motivações do mesmo.”*

C. Cubillo Valverde.

## RESUMO

Nas últimas décadas, tem-se vindo a assistir a um fenómeno importante - a globalização das economias, o que tem conduzido ao crescimento das unidades económicas, quer a nível nacional, quer a nível internacional. O crescimento das empresas pode conseguir-se através do próprio desenvolvimento ou pela aquisição de outras empresas. A constituição de agrupamentos de empresas mediante a aquisição de unidades económicas ou pela constituição de empresas, dá origem ao que normalmente se designa por Grupos. É neste domínio dos Grupos que se desenvolve o processo de consolidação que requer um elevado número de procedimentos para alcançarmos o objectivo de uma imagem fiel e verdadeira, desde a definição do perímetro (empresas que integram as demonstrações financeiras consolidadas) à escolha do método de consolidação, passando pela homogeneização de princípios contabilísticos e pelos ajustamentos de consolidação.

Em Cabo Verde trata-se de um fenómeno recente mas que já vem sendo regulado tanto por normativos contabilísticos com perspectiva de publicação de legislação fiscais. O Sistema de Normalização Contabilística e de Relato Financeiro.

O processo de consolidação de contas utilizadas no Grupo Tecnecil, como qualquer outro é complexo e que visa essencialmente satisfazer a necessidade de obtenção de informação financeira como um todo e que sem informação que demonstre a evolução global dificilmente se conseguiria avaliar a realidade económico-financeira do mesmo e os impactos das decisões estratégicas tomadas pela gestão.

O efeito de consolidação enquanto elemento de informação é de extrema importância para a gestão do grupo, em relação a tributação pelo resultado (caso fosse possível na altura da consolidação do exercício de 2008) teria um efeito positivo nos resultados tendo em conta as diversas nuances de cada entidade do grupo em relação a tributação do resultado.

**Palavras-Chave:** Consolidação de contas, Concentrações empresariais, tributação

## SUMARIO EXECUTIVO

|  |                                     |
|--|-------------------------------------|
| <b>DEDICATÓRIA .....</b>   | <b>I</b>                            |
| <b>AGRADECIMENTOS .....</b>  | <b>II</b>                           |
| <b>RESUMO.....</b>   | <b>IV</b>                           |
| <b>ABSTRACT.....</b>   | <b>ERRO! MARCADOR NÃO DEFINIDO.</b> |
| <b>SUMARIO EXECUTIVO .....</b>   | <b>V</b>                            |
| <b>LISTA DE ABREVIATURAS/SÍMBOLOS.....</b>   | <b>IX</b>                           |
| <b>LISTA DE TABELAS .....</b>  | <b>X</b>                            |
| <b>LISTA DE FIGURAS.....</b>   | <b>XI</b>                           |
| <b>LISTA DE GRÁFICOS.....</b>  | <b>ERRO! MARCADOR NÃO DEFINIDO.</b> |
| <b>CAPÍTULO I – INTRODUÇÃO (MELHORAR INSERIR A PARTE DO PROJECTO DE TRABALHO).....</b> | <b>1</b>                            |
| 1.1. CONTEXTUALIZAÇÃO .....  | 1                                   |
| 1.2. IMPORTÂNCIA .....   | 1                                   |
| 1.3. PERGUNTA DE PARTIDA.....  | 2                                   |
| 1.4. OBJECTIVOS .....  | 2                                   |
| 1.5. ESTRUTURA DO TRABALHO .....   | 3                                   |
| <b>I. CAPÍTULO II - ENQUADRAMENTO TEÓRICO, CONCEPTUAL E LEGAL .....</b>                | <b>5</b>                            |
| 1.1. ENQUADRAMENTO GERAL .....   | 5                                   |
| 1.2. RESUMO HISTÓRICO DA CONSOLIDAÇÃO DE CONTAS .....                                  | 7                                   |
| 1.3. INVESTIMENTOS FINANCEIROS .....   | 8                                   |
| 1.4. GRUPOS EMPRESARIAIS: CONCEITOS E OBJECTIVOS .....                                 | 18                                  |
| 1.5. CONSOLIDAÇÃO DE CONTAS: .....   | 25                                  |
| 1.6. O RESULTADO FISCAL DAS CONTAS CONSOLIDADAS .....                                  | 36                                  |
| <b>CAPÍTULO III – DEMONSTRAÇÃO DA CONSOLIDAÇÃO DE CONTAS NO GRUPO TECNICAL .....</b>   | <b>53</b>                           |
| 3.1. METODOLOGIA DO TRABALHO .....   | 53                                  |
| 3.2. O GRUPO TECNICAL.....   | <b>ERRO! MARCADOR NÃO DEFINIDO.</b> |
| 3.3. CARACTERIZAÇÃO DO PERÍMETRO CONSOLIDADO .....                                     | 53                                  |
| 3.4. ANÁLISE PRÁTICA DOS DADOS FINANCEIROS DO GRUPO DURANTE O EXERCÍCIO DE 2008 .....  | 56                                  |
| <b>IV. CAPÍTULO IV – CONCLUSÃO .....</b>   | <b>75</b>                           |
| 4.1. CONTRIBUIÇÕES DO ESTUDO PARA AS COMUNIDADES PROFISSIONAIS E ACADÉMICAS .....      | 75                                  |
| 4.2. RECOMENDAÇÕES E SUGESTÕES PARA TRABALHOS FUTUROS .....                            | 75                                  |
| 4.3. LIMITAÇÕES ENCONTRADAS NO DESENVOLVIMENTO DESTE TFC .....                         | 77                                  |
| 4.4. CONCLUSÕES GERAIS .....   | 77                                  |
| <b>BIBLIOGRAFIAS (INTRODUZIR AS BIBLIOGRAFIAS ACTUALIZADAS).....</b>                   | <b>80</b>                           |
| <b>ANEXOS.....</b>   | <b>83</b>                           |

## Índice

|  |                                     |
|--|-------------------------------------|
| <b>DEDICATÓRIA .....</b>   | <b>I</b>                            |
| <b>AGRADECIMENTOS .....</b>  | <b>II</b>                           |
| <b>RESUMO.....</b>   | <b>IV</b>                           |
| <b>ABSTRACT.....</b>   | <b>ERRO! MARCADOR NÃO DEFINIDO.</b> |
| <b>SUMARIO EXECUTIVO .....</b>   | <b>V</b>                            |
| <b>LISTA DE ABREVIATURAS/SÍMBOLOS.....</b>   | <b>IX</b>                           |
| <b>LISTA DE TABELAS .....</b>  | <b>X</b>                            |
| <b>LISTA DE FIGURAS.....</b>   | <b>XI</b>                           |
| <b>LISTA DE GRÁFICOS.....</b>  | <b>ERRO! MARCADOR NÃO DEFINIDO.</b> |
| <b>CAPÍTULO I – INTRODUÇÃO (MELHORAR INSERIR A PARTE DO PROJECTO DE TRABALHO).....</b> | <b>1</b>                            |
| 1.1. CONTEXTUALIZAÇÃO .....  | 1                                   |
| 1.2. IMPORTÂNCIA .....   | 1                                   |
| 1.3. PERGUNTA DE PARTIDA.....  | 2                                   |
| 1.4. OBJECTIVOS .....  | 2                                   |
| 1.4.1. <i>Objectivo Geral</i> .....  | 2                                   |
| 1.4.2. <i>Objectivos Específicos</i> .....   | 3                                   |
| 1.5. ESTRUTURA DO TRABALHO .....   | 3                                   |
| <b>I. CAPÍTULO II - ENQUADRAMENTO TEÓRICO, CONCEPTUAL E LEGAL .....</b>                | <b>5</b>                            |
| 1.1. ENQUADRAMENTO GERAL .....   | 5                                   |
| 1.2. RESUMO HISTÓRICO DA CONSOLIDAÇÃO DE CONTAS .....                                  | 7                                   |
| 1.3. INVESTIMENTOS FINANCEIROS .....   | 8                                   |
| 2.3.1. <i>Os métodos de Contabilização de Investimentos Financeiros</i> .....          | 11                                  |
| 2.3.1.1. O Método de Custo.....  | 11                                  |
| 2.3.1.2. O Método da Equivalência Patrimonial .....                                    | 12                                  |
| 2.3.1.2.1. Aplicação do MEP em Subsidiárias: .....                                     | 13                                  |
| 2.3.1.2.2. Aplicação do MEP nos Empreendimentos Conjuntos.....                         | 13                                  |
| 2.3.1.2.3. Aplicação do MEP nas Associadas .....                                       | 14                                  |
| 2.3.1.2.4. Descontinuação do MEP em Subsidiárias.....                                  | 15                                  |
| 2.3.1.2.5. Descontinuação do MEP nos empreendimentos conjuntos .....                   | 15                                  |
| 2.3.1.2.6. Descontinuação do MEP nas associadas .....                                  | 15                                  |
| 2.3.1.2.7. Diferenças de Aquisição: Diferenças de Avaliação e o Goodwill .....         | 16                                  |
| 2.3.1.2.8. Diferenças de Avaliação .....   | 16                                  |
| 2.3.1.2.9. Goodwill e o Negative Goodwill.....   | 17                                  |
| 1.4. GRUPOS EMPRESARIAIS: CONCEITOS E OBJECTIVOS .....                                 | 18                                  |
| 2.4.1. <i>O Grupo Empresarial</i> .....  | 18                                  |
| 2.4.2. <i>Porque é que as empresas se reagrupem?</i> .....                             | 19                                  |
| 2.4.3. <i>A percentagem de interesse e a percentagem de Controlo</i> .....             | 21                                  |
| 2.4.4. <i>Tipos de Grupo</i> .....   | 23                                  |
| 2.4.4.1. Grupo Vertical .....  | 23                                  |
| 2.4.4.2. Grupo Horizontal .....  | 24                                  |
| 1.5. CONSOLIDAÇÃO DE CONTAS: .....   | 25                                  |
| 2.5.1. <i>A Consolidação e seus objectivos</i> .....                                   | 26                                  |
| 2.5.2. <i>Inconvenientes da Consolidação de Contas</i> .....                           | 28                                  |



|            |  |    |
|------------|--|----|
| 2.5.3.     | <i>Métodos de Consolidação</i> .....   | 28 |
| 2.5.4.     | <i>Perímetro da Consolidação de Contas</i> .....                               | 30 |
| 2.5.5.     | <i>Operações prévias à consolidação de Contas</i> .....                        | 32 |
| 2.5.5.1.   | Elaboração do Organigrama .....  | 32 |
| 2.5.5.2.   | Uniformização dos princípios contabilísticos e critérios de valorimetria ..... | 32 |
| 2.5.5.3.   | Preparação do Manual de Consolidação .....                                     | 33 |
| 2.5.5.4.   | Criação de um grupo de trabalho .....  | 33 |
| 2.5.5.5.   | Preparação da contabilidade do grupo .....                                     | 33 |
| 2.5.5.6.   | Conversão Cambial.....   | 34 |
| 2.5.5.6.1. | O método de fecho .....  | 34 |
| 2.5.5.6.2. | O método temporal.....   | 35 |
| 2.5.5.7.   | Reconciliação de Contas Correntes .....  | 36 |
| 1.6.       | O RESULTADO FISCAL DAS CONTAS CONSOLIDADAS .....                               | 36 |
| 2.6.1.     | <i>Enquadramento Geral</i> .....   | 37 |
| 2.6.2.     | <i>A Tributação pelo Lucro Consolidado em Cabo Verde</i> .....                 | 38 |
| 2.6.2.1.   | Requisitos legais exigidos.....  | 39 |
| 2.6.2.2.   | Como aderir a este regime? .....   | 40 |
| 2.6.3.     | <i>Os Impostos diferidos e a consolidação de contas</i> .....                  | 40 |
| 2.6.3.1.   | Aplicação do MEP.....  | 41 |
| 2.6.3.2.   | Revalorização de activos .....   | 42 |
| 2.6.3.3.   | Revalorização de Activos Fixos não depreciáveis .....                          | 42 |
| 2.6.3.4.   | Perdas por imparidades de activos .....  | 43 |
| 2.6.3.5.   | Constituição de Provisões além das da base fiscal.....                         | 43 |
| 2.6.3.6.   | Amortizações e depreciações para além das da base fiscal .....                 | 44 |
| 2.6.3.7.   | Diferenças de Câmbio.....  | 44 |
| 2.6.3.8.   | Resultados líquidos negativos com perspectiva de lucros futuros .....          | 44 |
| 2.6.4.     | <i>Ajustamentos e Reclassificações da consolidação</i> .....                   | 44 |
| 2.6.4.1.   | Eliminação do valor da Participação financeira.....                            | 45 |
| 2.6.4.2.   | Anulação das dívidas entre empresas do grupo .....                             | 48 |
| 2.6.4.3.   | Anulação das operações entre empresas do grupo .....                           | 49 |
| 2.6.4.4.   | Eliminação de Margens em Inventários.....                                      | 51 |
| 2.6.4.5.   | Eliminação de mais e menos-valia e de margens de investimentos .....           | 52 |

### **CAPÍTULO III – DEMONSTRAÇÃO DA CONSOLIDAÇÃO DE CONTAS NO GRUPO TECNICIL**

|         |   |                                     |
|---------|---|-------------------------------------|
|         |   | <b>53</b>                           |
| 3.1.    | METODOLOGIA DO TRABALHO .....   | 53                                  |
| 3.2.    | O GRUPO TECNICIL.....   | <b>ERRO! MARCADOR NÃO DEFINIDO.</b> |
| 3.3.    | CARACTERIZAÇÃO DO PERÍMETRO CONSOLIDADO .....   | 53                                  |
| 3.4.    | ANÁLISE PRÁTICA DOS DADOS FINANCEIROS DO GRUPO DURANTE O EXERCÍCIO DE 2008 .....      | 56                                  |
| 3.4.1.  | <i>Aquisição das participações pela SGPS</i> .....                                    | 56                                  |
| 3.4.2.  | <i>Aplicação do MEP e a Determinação do Trespasse (Goodwill)</i> .....                | 57                                  |
| 3.4.3.  | <i>O Apuramento do Resultado Consolidado do Grupo Tecnici</i> .....                   | 59                                  |
| 3.4.4.  | <i>Transposição das Contas Consolidadas para o SNCRF</i> .....                        | 67                                  |
| 3.4.5.  | <i>Os Resultados Líquidos Individuais</i> .....                                       | 61                                  |
| 3.4.6.  | <i>Os ajustamentos e Reclassificações da Consolidação de Contas</i> .....             | 62                                  |
| 3.4.7.  | <i>Eliminação das Participações na Tecnici SGPS</i> .....                             | 63                                  |
| 3.4.8.  | <i>Mapa de Trabalho da Demonstração de Resultados Consolidados</i> .....              | 64                                  |
| 3.4.9.  | <i>A Demonstração dos Resultados Consolidados</i> .....                               | 67                                  |
| 3.4.10. | <i>Impacto Fiscal da Tributação pelo Resultado Consolidado no Grupo Tecnici</i> ..... | 68                                  |

### **IV. CAPÍTULO IV – CONCLUSÃO .....**

|      |  |    |
|------|--|----|
| 4.1. | CONTRIBUIÇÕES DO ESTUDO PARA AS COMUNIDADES PROFISSIONAIS E ACADÉMICAS ..... | 75 |
|------|--|----|

|  |   |           |
|--|---|-----------|
| 4.2.   | RECOMENDAÇÕES E SUGESTÕES PARA TRABALHOS FUTUROS .....    | 75        |
| 4.3.   | LIMITAÇÕES ENCONTRADAS NO DESENVOLVIMENTO DESTE TFC ..... | 77        |
| 4.4.   | CONCLUSÕES GERAIS .....                                   | 77        |
| <b>BIBLIOGRAFIAS (INTRODUZIR AS BIBLIOGRAFIAS ACTUALIZADAS).....</b> |   | <b>80</b> |
| <b>ANEXOS.....</b>   |   | <b>83</b> |

## **LISTA DE ABREVIATURAS/SÍMBOLOS**

CEC – Código das Empresas Comerciais

CNNC – Comissão Nacional de Normalização Contabilística

DF – Demonstrações Financeiras

EC – Estrutura Conceptual

FASB – Financial Accounting Standard Board

IAS – International Accounting Standard

IASB – International Accounting Standard Board

IASC – International Accounting Standard Committee

IFRS – International Financial Reporting Standards

IRC – Impostos sobre o rendimento

MEP – Método de Equivalência Patrimonial

NRF – Norma de Relato Financeiro

SGPS – Sociedades Gestoras de Participações Sociais

SNCRF – Sistema de Normalização Contabilística e de Relato Financeiro

UGC – Unidade Geradora de Caixa

§ - Parágrafo

## LISTA DE TABELAS

|   |    |
|---|----|
| Tabela 1 – Tipos de Participações e os Métodos de Contabilização nas contas individuais e Consolidadas..... | 16 |
| Tabela 2 – Percentagem de Controlo e Percentagem de Participação .....                                      | 22 |
| Tabela 3 - Aquisição das Participações Sociais.....   | 57 |
| Tabela 4 - Cálculo do <i>Goodwill</i> na Aquisição das Participadas .....                                   | 58 |
| Tabela 5 – Correção dos valores dos Investimentos nas subsidiárias em 31.12.08 .....                        | 58 |
| Tabela 6 - Eliminações das Participações.....   | 64 |
| Tabela 7 - Mapa de Trabalho Demonstração Resultados Consolidados .....                                      | 66 |
| Tabela 8 - Resultados e Impostos Apurados.....  | 71 |
| Tabela 9 - Diferença Impostos Individuais e Consolidados .....  | 72 |
| Tabela 10 - Benefício Monetário.....  | 73 |
| Tabela 11- Benefício Económico .....  | 73 |
| Tabela 12 - A Holding é uma "verdadeira mãe" .....  | 74 |

## LISTA DE FIGURAS

|  |    |
|--|----|
| Figura 1 - Percentagem de Interesse e Percentagem de Controlo.....             | 22 |
| Figura 2 – Grupo Vertical.....   | 24 |
| Figura 3 - Grupo Horizontal .....  | 25 |
| Figura 4 – Método de Consolidação com base nas participações Financeiras ..... | 32 |
| Figura 5 - Organigrama Grupo Tecnici.....                                      | 61 |
| Figura 6 - Requisitos para ser Tributado pelo lucro consolidado .....          | 59 |



## **I. CAPÍTULO I – INTRODUÇÃO**

### **1.1. Contextualização**

O trabalho que se apresenta, adequa-se no âmbito do cumprimento do último preceito exigido para a obtenção de Licenciatura em Administração e Contabilidade – Ramo Administração e Controlo Financeiro, promovido pelo ISCEE – Instituto Superior das Ciências Económicas e Empresariais.

O mundo dos negócios tem-se revelado complexo, impondo as organizações actuais uma necessidade incontestável da adopção de estratégias de crescimento externo, vertidas em reagruparem-se. Resultante desta necessidade pertinente surgiu o grupo, pelo que também sobreveio a necessidade de dar resposta aos sistemas de informação de natureza contabilística e de relato financeiro de forma que a mesma retrate a posição verdadeira e apropriada das entidades agrupadas como se de uma só tratasse.

As contas consolidadas apresentam informações muito úteis aos *stake holders* e um dos aspectos que interessa principalmente aos donos do grupo é conhecer o desempenho das operações, ou seja, o resultado obtido pelo grupo.

Este resultado também interessará a administração fiscal para efeitos de tributação, caso o grupo seja obrigado a consolidar contas ou opte para que as entidades que compõem o grupo sejam tributadas pelo resultado consolidado e não pelo resultado individual. Sendo porém que poderão resultar diferenças entre o resultado consolidado e o individual com efeitos nos impostos e que poderão aumentar ou reduzir o resultado para os detentores do capital.

### **1.2. Importância**

É interessante analisarmos o salto enorme que Cabo Verde deu em matéria de preparação e relato da informação financeira. Em 2009 foi aprovado o SNCRF (Sistema de Normalização Contabilística e de Relato Financeiro) que veio revogar o antigo PNC (plano Nacional de Contabilidade) que vinha constituindo suporte legal para preparação de informação financeira para apresentação das contas para os diferentes *stake holders* e que

desde há muito revelou-se inadequado devido as limitações relativamente aquilo que se vinha desenvolvendo internacionalmente à nível da normalização contabilística e de relato financeiro. E um dos aspectos que se pode realçar é o facto daquele plano não prever qualquer procedimento para quem quisesse elaborar contas consolidadas, lacuna colmatada com a adopção das normas internacionais de contabilidade através do SNCRF.

Outro aspecto também que contribuiu para tornar ainda mais importante este trabalho prende-se com o facto da necessidade da legislação fiscal de acompanhar o SNCRF, estando em análise um projecto de lei para o IURPC e IURPS. Na nova legislação do IURPC (que entrará em vigor muito em breve) prevê um capítulo que abordará o tema da tributação do resultado das contas consolidadas.

Ao contrário do que acontece em muitos países, em que a tributação pelo resultado consolidado em alguns casos é obrigatório, em Cabo Verde será facultativo, ou seja, dependerá da entidade, desde que esta preencha determinados requisitos. Sendo uma opção, o decisor optará pela decisão que optimize o resultado global do grupo.

### **1.3. Pergunta de partida**

Pelo que a pergunta lógica e que representa a essência deste trabalho, é esta - Poderá a tributação por via das contas consolidadas trazer algum benefício para o grupo?

Não obstante a questão de maior relevância para este trabalho surgiram também outras questões de todas pertinentes como sendo:

Havendo algum benefício pelo resultado consolidado, de que óptica este benefício seria? Que entidade do grupo tem maior benefício? Quando efectivamente ocorrerá este benefício? Quais as desvantagens do resultado pelo lucro consolidado?

### **1.4. Objectivos**

#### **1.4.1. Objectivo Geral**

O objectivo deste trabalho consiste em analisar a problemática da tributação por via das contas consolidadas de um grupo nacional (Tecnici) e aferir sobre os potenciais ganhos e



ou perdas fiscais para as entidades que fazem parte do grupo, resultantes da aplicação desta modalidade de tributação.

#### **1.4.2. Objectivos Específicos**

Como objectivos específicos traçou-se o seguinte:

- Compreender o processo de consolidação de contas e sua importância como elemento de informação útil aos utentes da mesma;
- Perceber as vantagens e inconvenientes da tributação das contas consolidadas;
- Enquadrar a problemática da consolidação de contas ao tecido empresarial caboverdiano e a legislação aplicável neste domínio;
- Analisar os impactos financeiros, económicos e monetários das entidades membros do grupo no processo de consolidação e apuramento da matéria tributável;

#### **1.5. Estrutura do trabalho**

- INTRODUÇÃO

Nesta parte Introdutória do Capítulo I, apresenta-se o enquadramento, justificando o tema e demonstrando sua importância, os objectivos gerais e específicos, bem como a estrutura do mesmo.

- ENQUADRAMENTO TEÓRICO, CONCEPTUAL E LEGAL

O Capítulo 2 apresentará a fundamentação teórica sobre a qual se desenvolve o trabalho, baseado fundamentalmente em livros, artigos técnicos, leis e normativos que versam sobre o tema em questão.

Primeiramente abordou-se a questão das aquisições de partes de capital em outras empresas, seguidamente falou-se dos grupos e concentração de actividades empresariais, bem como da consolidação de contas e por fim sobre o apuramento dos resultados do grupo tendo em vista a tributação dos mesmos.

- A CONSOLIDACAÇÃO DE CONTAS NO GRUPO TECNICAL

No capítulo III fez-se uma análise prática do efeito de consolidação e apuramento do resultado do Grupo Tecnical, trata-se do capítulo onde se aplicou alguns dos conceitos e definições abordados no capítulo anterior.

- CONCLUSÃO

Este Capítulo apresenta as considerações finais sobre o trabalho desenvolvido e os resultados obtidos na aplicação prática. Inclui, também, algumas recomendações e sugestões na preparação das contas consolidadas, as contribuições do estudo para as comunidades empresarial e académica, as limitações e críticas da presente investigação e a conclusão final.

## **2. CAPÍTULO II – ENQUADRAMENTO TEÓRICO, CONCEPTUAL E LEGAL**

### **2.1. Enquadramento Geral**

A conjuntura económica global passa por profundas mudanças e redefinições de estratégias empresariais, período este em que o relato financeiro desempenha um papel fundamental no seio das organizações. As maiores economias mundiais têm sofrido nas últimas décadas desenvolvimentos excepcionais, isto muito devido as inovações que se tem verificado a nível da tecnologia e na necessidade pertinente que as organizações sentem de crescerem com sustentabilidade. Dentre tantas outras estratégias surgem as reestruturações empresariais.

Simultaneamente sobrevém um progresso análogo nos mercados de capitais e financeiros com a expansão e diversificação das operações existentes, a criação de novas operações e a transmissão de riscos empresariais. O desenvolvimento das comunicações e o aparecimento de novas tecnologias da informação vieram trazer um ambiente diferente para a contabilidade e lançar desafios aos profissionais neste domínio.<sup>1</sup>

Com efeito, o crescimento económico assenta na informação que está disponível para aqueles que têm de tomar decisões. E assim os mercados exigem que a informação financeira proporcionada pelas empresas seja preparada e seja apresentada com a imprescindível qualidade a partir de princípios de aceitação geral conhecidos de todos os intervenientes. A informação deve ser dada através de um conjunto completo de demonstrações financeiras compreensíveis, credíveis e que mostrem tudo o que seja relevante para a tomada de decisões.<sup>2</sup>

Desta forma face à internacionalização da economia surgem necessidades diferentes das existentes até agora, mesmo em termos de informação específica no sentido de permitir ao utilizador obter uma percepção mais profunda da actividade da entidade.

---

<sup>1</sup> Adaptado de Consolidação de Demonstrações Financeiras, trabalho no âmbito da Cadeira de Auditoria elaborado por CORDEIRO, Victor Manuel, FERNANDES José Manuel, GOMES Joel.. Escola Superior de Tecnologia e Gestão, Beja.2002

<sup>2</sup> Gastambide Fernandes. Comunicação apresentada nas IX Jornadas de Contabilidade e Fiscalidade.

Conceitos como diversificação, dispersão do risco, concentração económica e realidades empresariais em permanente modificação são início para a relevação contabilística em novas vertentes no sentido de alcançar a noção paradigmática de utilidade que se anseia na apresentação das demonstrações financeiras.

A noção de grupo económico, mais além do seu conceito restrito de concentração empresarial, pauta-se por uma globalização mundial das actividades económicas cuja relevação contabilística sugere necessariamente um exercício mental, e normativo competente e que alcance a expressão congruente da operatividade das entidades económicas sujeitas a taxas diferentes de rentabilidade, oportunidades de crescimento, perspectivas futuras e riscos sob a noção de que as empresas fornecem grupos de produtos e serviços ou operam em áreas geográficas variadas num contexto internacional cuja noção se esbate contra a concepção do cliché Aldeia Global versus Cidade Virtual.

A percepção desta realidade, que esteve na base da noção de Demonstrações Financeiras Consolidadas, tem conduzido à produção de normativos por parte de vários organismos, sentida a necessidade de que a mera agregação de dados é insuficiente para a determinação da informação acerca dos diferentes tipos de produtos e serviços de uma empresa e das suas operações em distintas áreas geográficas.<sup>3</sup>

Analisando a própria envolvente das entidades actuais, elas confrontam-se com diversos intervenientes sem os quais seria impossível o seu labor, pelo que se deve dar alguma importância a toda a sua envolvente contextual, e os impactos que cada um poderá ter na actividade normal da entidade. Um desses intervenientes designa-se por Estado e em determinadas circunstâncias, Este encontra-se munida de poder (*imperium*) que lhe permite sobrepor os interesses do Estado em detrimento ao dos privados e é nesta circunstância que a entidade se encontra quando o Estado impõe que a mesma deva pagar seus impostos. Contudo, e é certo que qualquer empresa quererá tirar o maior proveito das possibilidades de diminuir sua carga tributária e consequentemente aumentar a sua rentabilidade.

---

<sup>3</sup> Contribuições para o estudo da IAS 14 – Informação Financeira por segmentos CRÍTICAS À RESTRIÇÃO DA INFORMAÇÃO PRESTADA; José Filipe Pires dos Reis; Maria Teresa Candeias Godinho; Orlando Manuel Barrocas Roque – Instituto Politécnico de Beja – 2000.

## **2.2. Resumo Histórico da Consolidação de Contas**

A publicação de demonstrações financeiras individuais revelou-se insuficiente para fornecer uma informação significativa a terceiros em geral e a accionistas ou possuidores de partes de capital em particular, quando se trata de um grupo de empresas coligadas e actuando sob um controlo financeiro comum.

Desta perspectiva nasceu a necessidade de se avançar com a prestação de informação que traduzisse melhor a situação de um determinado grupo de empresas sob o ponto de vista económico e financeiro além das suas relações de interdependência.

Conforme REIS (2007) as técnicas de consolidação de contas pretendem, acima de tudo, permitir uma apreciação económica e financeira de um conjunto de empresas como se de uma só se tratasse.

Acrescentar que as necessidades dessa informação apareceram em primeiro lugar nos Estados Unidos da América no início do século passado. Na Europa desenvolveu-se após a 1ª Guerra Mundial como resultado de participações de empresas americanas em empresas europeias. O exemplo foi seguido pelos ingleses (em especial pela bolsa de Londres), depois pelas empresas Holandesas por volta de 1950, pelas empresas alemãs.

Nos restantes países europeus a consolidação de contas foi até pouco tempo praticamente ignorada, como também é o caso de Cabo Verde, que só agora começa-se a dar os primeiros passos para legislação da matéria tanto em termos fiscais como a nível da contabilidade.<sup>4</sup>

A partir de 2009 Cabo Verde passou a adoptar as normas internacionais de contabilidade por meio do SNCRF com normas versando sobre a problemática da consolidação de contas, com isto houve também a necessidade de adequar a legislação fiscal, pelo que na concepção do projecto de lei para o IURPC haverá um Capítulo versando sobre este tema.

---

<sup>4</sup> REIS, José Filipe Pires, *Sebenta Teoria Contabilidade Geral II*. Escola Superior de Tecnologia e Gestão. 2007. P. 3.

Mas não adiantaria, ter normativos e leis reguladores se na prática não tivessem aplicabilidade. A criação dos mesmos teve primeiro sua origem numa necessidade e não numa mera especulação de que pudessem ser aplicados, pois o crescimento económico de Cabo Verde tem seu reflexo a nível do seu próprio tecido empresarial pois já se denota, mesmo que de forma tímida, algum interesse dos empresários em utilizarem a estratégia das reestruturações empresariais.

Pelo que a existência desses normativos facilita os preparadores da informação, e incentiva os empreendedores a reagruparem-se.

### **2.3. Investimentos Financeiros**

Conforme RODRIGUES (2009) a revolução industrial e consequente expansão dos grupos económicos, multiplicaram-se as participações de empresas noutras empresas. A crescente globalização da economia, tem levado a um considerável reforço dessas participações, como forma de penetração noutros mercados, diversificação de actividades, dispersão de risco, constituição de alianças estratégicas, etc. A globalização da economia tem levado à constituição de subsidiárias por todo o mundo, a importantes movimentos de concentração empresarial, através de fusões e de aquisição, e ao significado crescimento das alianças entre empresas. Assim, as questões relacionadas com esta temática têm cada vez mais importância.

As participações financeiras podem classificar-se como correntes ou temporários e de longo prazo ou permanentes ou não correntes.

O mesmo autor afirma que uma participação financeira corrente ou temporária é um investimento financeiro que é, por natureza, prontamente realizável e se destina a ser detido por não mais do que um ano, [subjacente as suas aquisições está uma especulação de obter rendimentos imediatos], Trata-se de aplicações de tesouraria a curto prazo, que podem ser convertidas facilmente em dinheiro e a qualquer momento.

Uma participação financeira a longo prazo, também designada permanente ou não corrente, é uma participação financeira que não seja corrente ou temporária, [subjacente as suas aquisições está a intenção de controlo de determinada entidade]. São participações

financeiras com carácter permanente aplicações estratégicas que se deseja manter por período superior a um ano.

As participações financeiras são divididas em quatro tipos, de acordo com a percentagem de participação, ei-los:

- Subsidiárias;
- Investimentos em associadas;
- Investimentos em entidades conjuntamente controladas; e
- Investimentos noutras empresas.

Para melhor compreendermos esta divisão, far-se-á um paralelismo com as normas nacionais de contabilidade afim de termos as definições e conceitos conforme o SNCRF, que é a fonte base deste trabalho.

O NRF 23 define uma subsidiária como sendo uma entidade (aqui se incluindo entidades não constituídas em forma de sociedade, como p. ex., as parceiras) que é controlada por uma outra entidade (designada por empresa-mãe).

Pode-se entender então que uma subsidiária: (também denominadas de filiais, empresas do grupo, filhas, afilhadas, etc.) são as empresas que fazem parte de um conjunto compreendido por empresa-mãe e empresas filiais. Empresas filiais são aquelas sobre as quais uma empresa (empresa-mãe) detém o poder de domínio ou de controlo (**controlo exclusivo**).

A mesma norma refere que uma associada é uma entidade (aqui se incluindo as entidades que não sejam constituídas em forma de sociedade, como por ex., as parceiras) sobre a qual o investidor tenha influência significativa e que não seja nem um interesse num empreendimento conjunto.

Ou seja, as empresas associadas: são aquelas empresas onde a investidora exerce influência significativa, não detendo, porém, controlo sobre as políticas operacionais, financeiras e de gestão. Presume-se que existe influência significativa quando a participação financeira varia entre 20% e 50%; no entanto, trata-se de mera presunção, uma vez que uma

participação inferior a 20% pode qualificar como empresa associada e uma participação inferior a 50% pode qualificar como subsidiária ou como empreendimento conjunto

Um empreendimento conjunto segundo o NRF 23 é o poder de participar nas decisões das políticas financeira e operacional da investida ou de uma actividade económica mas que não é controlo nem controlo conjunto sobre essas políticas. A influência significativa pode ser obtida por posse de acções, estatuto ou acordo.

RODRIGEUS João simplifica este conceito, qualificando Empreendimento Conjunto: como sendo as participações financeiras em empresas com repartição igualitária da gestão e do controlo accionista com outro (s) parceiro (s), formalizados por acordo contratual (controlo conjunto). Também designados como joint-ventures nestes investimentos nenhum parceiro exerce controlo isoladamente. Normalmente, a participação de capital é de 50% (no caso de dois sócios), embora existam outras situações de controlo conjunto com participações financeiras inferiores.

Outras participações financeiras: são as participações financeiras onde não existe influência significativa (por norma aqueles que sejam inferiores a 20%).

Analisando minuciosamente os conceitos expostos, facilmente chegamos a conclusão de que o que diferencia uma participação da outra reside no controlo ou influência que uma entidade exerce sobre a outra. A mesma NRF define controlo como sendo o poder de gerir as políticas financeiras e operacionais de uma entidade ou de uma actividade económica a fim de obter benefícios da mesma e influência significativa como sendo o poder de participar nas decisões das políticas financeiras e operacional da investida ou de uma actividade económica mas que não é controlo nem controlo conjunto sobre essas políticas. A influência significativa pode ser obtida por posse de acções, estatuto ou acordo.

Pelo que se analisarmos as participações tendo em conta o controlo e a influência significativa, classificaríamos assim as aquisições de partes de capital de uma entidade sobre outra (s).

Controlo Exclusivo – Subsidiária

Controlo Conjunto – Empreendimentos conjuntos



Influência significativa – Associada

Sem influência significativa – Outras

### **2.3.1. Os métodos de Contabilização de Investimentos Financeiros**

As participações financeiras podem ser mensuradas pelos seguintes métodos:

- Custo
- Equivalência Patrimonial

Em ambos casos o investimento inicial é contabilizado pelo preço de aquisição/subscrição. As diferenças de tratamento efectuam-se ao nível do registo da contabilização da quota-parte dos resultados do exercício da empresa participante na associada ou subsidiária.

#### **2.3.1.1.O Método de Custo**

Por este método, em que as considerações de ordem jurídica ou legal prevalecem sobre as de ordem económica, parte-se do princípio de que as entidades, participante e participada, para além de distintas, são também autónomas. (SILVA F.V. Gonçalves, 2006, p. 190)

No método do custo a quota-parte dos resultados apenas é contabilizada quando é recebida, não tendo qualquer impacto no registo inicial, ou seja, por este método não se tem informações sobre a variação do capital próprio da participada. (LOPES Carlos António. 2010, p.35.)

Este método é normalmente aplicado quando a entidade que detenha uma participação financeira não detenha controlo exclusivo nem nele possa exercer influência significativa.<sup>5</sup>

Ter em atenção que por este método a conta de investimentos financeiros poderá eventualmente sofrer alterações quando a entidade participada distribui dividendos,

---

<sup>5</sup> A NRF 23 n° 36 refere que quando um investidor num empreendimento conjunto que não disponha de controlo conjunto, nem nele possa exercer influência significativa, deve contabilizar esse investimento nas suas demonstrações financeiras individuais ao custo.

superiores aos resultados líquidos, ou seja, quando há uma descapitalização da entidade participada.<sup>6</sup>

#### **2.3.1.2.O Método da Equivalência Patrimonial (MEP)**

O MEP é o método que se caracteriza por, a todo o momento, a conta de investimentos financeiros, reflectir a real conjuntura da situação líquida [Capital Próprio] da detida. Ou seja, com o MEP a conta de investimentos financeiros é sempre ajustado pelas variações percentuais ocorridas na situação líquida da participada. As variações negativas na situação líquida da detida implicam um decréscimo da conta investimentos financeiro e vice-versa.<sup>7</sup>

O objectivo deste método é fazer com que a conta de investimentos financeiros reflecta em percentagem a situação líquida da empresa detida.

Neste método, dá-se maior relevância aos factores de ordem económica derivados da conexão entre as empresas. (SILVA F.V. Gonçalves, 2006, p. 190).

Trata-se de um método de contabilização de investimentos financeiros, o qual estabelece que o registo inicial é efectuado pelo seu custo, sendo posteriormente ajustado em função das alterações verificadas no capital próprio da investida na proporção da quota-parte do investidor.

Sintetizando, pelo MEP o investimento numa participada é inicialmente reconhecido pelo custo e a quantia escriturada é aumentada ou diminuída para reconhecer a parte do investidor nos resultados da investida depois da data da aquisição. A parte do investidor nos resultados da investida é reconhecida nos resultados do investidor. As distribuições recebidas de uma investida reduzem a quantia escriturada do investimento. Podem também ser necessários ajustamentos na quantia escriturada para alterações no interesse

---

<sup>6</sup> Comentário feito pelo professor da cadeira de Contabilidade Financeira III Dr. Renato Lima, durante uma aula de Investimentos Financeiros

<sup>7</sup> Segundo o SNCRF o MEP é um método de contabilização pelo qual o investimento ou interesse é inicialmente reconhecido pelo custo e posteriormente ajustado em função das alterações verificadas, após a aquisição, na quota-parte do investidor ou do empreendedor nos activos líquidos da investida ou da entidade conjuntamente controlada. Os resultados do investidor ou empreendedor incluem a parte que lhes corresponda nos resultados da investida ou da entidade conjuntamente controlada.

proporcional do investidor na investida resultantes de alterações no Capital Próprio da investida que não tenham sido reconhecidas nos respectivos resultados da investida. Tais alterações incluem as resultantes da revalorização de activos fixos tangíveis e das diferenças de transposição de moeda estrangeira. A parte do investidor nessas alterações é reconhecida directamente no Capital Próprio do investidor (§ 11 da IAS 28 – e § 57 do SNCRF 23)

#### **2.3.1.2.1. Aplicação do MEP em Subsidiárias:**

O § 9 do NRF 25, diz que nas demonstrações financeiras individuais de uma empresa-mãe, a valorização dos investimentos em subsidiárias deve ser efectuada de acordo com o método de equivalência patrimonial.

#### **2.3.1.2.2. Aplicação do MEP nos Empreendimentos Conjuntos**

Conforme o NRF 23 um empreendedor pode reconhecer o seu interesse numa entidade conjuntamente controlada usando:

- Um dos dois formatos de relato para a consolidação proporcional (§ 29), ou seja, pode combinar a sua parte em cada um dos activos, passivos, rendimentos e ganhos e gastos e perdas da entidade conjuntamente controlada com os itens semelhantes, linha a linha, nas suas demonstrações financeiras. (§ 55) Ou,
- A equivalência patrimonial que conforme o (§ 57), atende a procedimentos semelhantes aos adoptados no reconhecimento de partes de capital em subsidiárias.

Refere ainda o § 35 do NRF 23 que um investidor num empreendimento conjunto que não disponha de controlo conjunto, mas nele possa exercer influência significativa, deve contabilizar esse investimento de acordo com o método de equivalência patrimonial referenciado no § 57.

A mesma norma diz que podem também ser necessários ajustamentos na quantia escriturada, para alterações no interesse proporcional do investidor na investida resultantes de alterações de capital próprio da investida que não tenham sido reconhecidas nos resultados da investida. Tais alterações incluem as resultantes da revalorização de activos

fixos tangíveis e das diferenças de transposição de moeda estrangeira. A parte do investidor nessas alterações é reconhecida directamente no seu capital próprio. (§ 58)

Diz ainda que na aplicação do MEP deve-se ter em conta as demonstrações financeiras mais recentes da investida, e que caso as datas de apresentação diferem, então a investida deverá preparar extraordinariamente demonstrações financeiras na mesma data do investidor, a menos que tal seja impraticável.

#### **2.3.1.2.3. Aplicação do MEP nas Associadas**

De acordo com o § 42 da NRF 23 e a IAS 28: um investimento numa associada deve ser reconhecido [nas contas individuais] utilizando o método da equivalência patrimonial,

Um investimento em uma associada é contabilizado usando o método da equivalência patrimonial a partir da data em que se torne uma associada. Na aquisição do investimento, qualquer diferença entre o custo do investimento e a parte da investidora no justo valor líquido dos activos, passivos e passivos contingentes identificáveis da associada é contabilizada de acordo com o SNCRF 24 – Concentração de Actividades Empresariais. Portanto:

- O *trespasse (goodwill)* relacionado com uma associada é incluído na quantia escriturada do investimento. A amortização desse *trespasse (goodwill)* não é permitida;
- Qualquer excesso da parte da investidora no justo valor líquido dos activos identificáveis e dos passivos da associada acima do custo do investimento é incluído como rendimento na determinação da parte da investidora nos lucros ou prejuízos da associada no período em que o investimento é adquirido. (NRF 23 § 47).

São também feitos ajustamentos apropriados na parte da investidora nos lucros ou prejuízos da associada após a aquisição para contabilizar, por exemplo a depreciação dos activos depreciables, com base nos seus justos valores à data da aquisição. De forma semelhante, os ajustamentos apropriados na parte da investidora nos lucros ou prejuízos da

associada após a aquisição são feitos relativamente a perdas por imparidade reconhecidas pela associada, tais como para o *goodwill* ou para os activos fixos tangíveis. (NRF 23 § 47)

#### **2.3.1.2.4. Descontinuação do MEP em Subsidiárias**

Embora a norma 25 – Investimentos em Subsidiárias e Consolidação não refira nada a respeito, subentende-se que quando deixarem de se verificar as condições que levaram o investidor a mensurar a participação na subsidiária pelo MEP deixarem de existir. (no caso deixaria de ser uma subsidiária) deverá contabilizar então o investimento pelo método de custo ou justo valor.

#### **2.3.1.2.5. Descontinuação do MEP nos empreendimentos conjuntos**

Já vimos que para este tipo de investimento a NRF 23 pelo § 29 dá a possibilidade de se optar por um de dois métodos para reconhecimento, ou seja, não há obrigatoriedade de aplicação do MEP, contudo a referida norma diz que um empreendedor deve descontinuar o uso dos métodos referidos (*vide contabilização pelo MEP em empreendimentos conjuntos no ponto anterior*) a partir da data em que cesse de ter controlo conjunto e influência significativa sobre a entidade passando a utilizar o método de custo, ou no caso de preparar demonstrações financeiras consolidadas deverá contabilizar esse investimento ao justo valor.

#### **2.3.1.2.6. Descontinuação do MEP nas associadas**

Um investidor deve descontinuar o MEP quando:

- O investimento for classificado como detido para venda de acordo com SNCRF – Activos não correntes detidos para venda e Unidades Operacionais Descontinuadas (§ 43 do NRF 23)
- A partir da data em que perder a influência significativa sobre uma associada. Nessa circunstância, o custo a considerar para efeitos de mensuração inicial como activo financeiro deve corresponder ao da quantia escriturada desse investimento à data em que deixou de ser uma associada;

Para melhor compreensão deste ponto apresentamos o quadro seguinte que evidencia quando o investidor deve aplicar o método nas suas contas individuais e consolidadas<sup>8</sup>:

Tabela 1 – Tipos de Participações e os Métodos de Contabilização nas contas individuais e Consolidadas

| Participações                          | Nas Contas Individuais  | Nas Contas Consolidadas                  |
|--|---|--|
| Em subsidiárias                        | Por regra método da equivalência patrimonial(ou alternativamente, pelo método do custo) | Método da consolidação integral          |
| Em associadas                          | Por regra método da equivalência patrimonial(ou alternativamente, pelo método do custo) | Método da equivalência patrimonial       |
| Em entidades conjuntamente controladas | Método da consolidação proporcional ou método da equivalência patrimonial               | Método da equivalência patrimonial       |
| Noutras entidades                      | Método do custo ou método do justo valor  | Método do custo ou método do justo valor |

Fonte: ALMEIDA Rui (2009)

#### 2.3.1.2.7. Diferenças de Aquisição: Diferenças de Avaliação e o Goodwill

A contabilização de participações financeiras em subsidiárias ou associadas adquiridas envolve algumas particularidades resultantes do facto do valor de aquisição da participação não ser igual ao valor correspondente da quota-parte da situação líquida da subsidiária ou associada adquirida. Aquela diferença denomina-se “diferença de aquisição” (diferença entre o preço de aquisição e a quota-parte do valor contabilístico)

Diferença de aquisição seria o preço de aquisição deduzido da quota-parte do valor da situação líquida da participada adquirida.

A diferença de aquisição incorpora dois conjuntos de valores: Diferenças de avaliação em elementos patrimoniais e Trespasse<sup>9</sup> (*goodwill*) ou (*negative goodwill*).

#### 2.3.1.2.8. Diferenças de Avaliação

<sup>8</sup> ALMEIDA, Rui M.P. O sistema de Normalização Contabilística e de Relato Financeiro de Cabo Verde, ATF – Edições Técnicas, Cabo Verde, 2009, p. 237.

<sup>9</sup> Segundo a NRF 24 o Trespasse (*goodwill*) correspondente a benefícios económicos futuros resultantes de activos que não são capazes de ser individualmente identificados e separadamente reconhecidos.

As diferenças de avaliação em elementos patrimoniais respeitantes a activos fixos tangíveis e intangíveis devem ser amortizadas de acordo com a respectiva vida útil dos elementos patrimoniais a que respeitam.

Na aplicação do MEP deve tomar-se em atenção que a amortização das diferenças de avaliação referentes a elementos do activo fixo, embora não sendo contabilizadas, devem ser consideradas para efeitos de cálculo da quota-parte do resultado da empresa participante na participada.

#### **2.3.1.2.9. Goodwill e o Negative Goodwill**

O Trespasse (*goodwill*) ou Trespasse negativo (*negative goodwill*) corresponde à parte da diferença de aquisição que não é imputável a qualquer elemento patrimonial, ou seja, é aquilo a que vulgarmente se designa por “remanescente”. [A literatura brasileira utiliza o termo ágio (*goodwill*) ou deságio (*negative goodwill*)]

- Trespasse (*Goodwill*)

De acordo com o NRF 23 § 35 o Trespasse *goodwill* não é amortizado devendo ser registado como um activo que deve ser sujeitos a testes periódicos de imparidade (anuais).

O teste de imparidade consiste em verificar se o *goodwill* perde valor, tendo como referência o justo valor<sup>10</sup> ou a quantia recuperável<sup>11</sup>, comparativamente ao valor inicial de registo.

Se o justo valor ou quantia recuperável for inferior ao valor contabilístico deverá reconhecer-se uma perda imparidade, igual àquela diferença.

- Negative *Goodwill*

---

<sup>10</sup> Segundo o SNCRF o Justo Valor é a quantia pela qual um activo pode ser trocado ou um passivo liquidado, entre partes conhecedoras e dispostas a isso, numa transacção em que não exista relacionamento entre elas.

<sup>11</sup> As normas nacionais de contabilidade referem que a quantia recuperável de um activo é a quantia mais alta de entre o justo valor de um activo ou unidade geradora de caixa menos os custos de vender e o seu valor de uso.

Qualquer excesso da parte do investidor no justo valor líquido dos activos, passivos e passivos contingentes identificáveis da associada acima do custo do investimento é excluído da quantia escriturada do investimento e é incluído como rendimento na determinação da parte do investidor nos resultados da associada do período em que o investimento é adquirido.

## **2.4. Grupos Empresariais: Conceitos e Objectivos**

Os grupos<sup>12</sup> de sociedades assumem, hoje em dia, uma grande importância económica e financeira, na medida em que asseguram uma grande parte da actividade industrial e comercial dos países mais desenvolvidos. Alguns desses grupos apresentam orçamentos superiores aos de muitos países do mundo desenvolvido. Estando a constituição do grupo fundada numa concentração de meios e de recursos, não apenas com o intuito de os racionalizar mas, sobretudo, para que disponha de poder que o torne menos vulnerável e que melhore o seu desempenho, o elemento-chave do grupo é a unidade de decisão ou de direcção.<sup>13</sup>

### **2.4.1. O Grupo Empresarial**

Sob o aspecto económico o grupo é o conjunto constituído por empresas ligadas financeira e economicamente que dependem duma empresa que lhes assegura a direcção e controlo. Para que um conjunto de empresas seja considerado um grupo deverão:

- Ser entidades juridicamente autónomas;
- Depender de um centro de decisão

Esta dependência pode ser de diferentes naturezas:

- Financeira – resulta da detenção da maioria dos direitos de voto em assembleia-geral
- Directiva – Resulta do poder de designar ou substituir a maioria dos membros da administração, da gerência ou da fiscalização da dependente;

---

<sup>12</sup> A NRF 25 diz que um grupo é constituído por uma empresa-mãe e todas as suas subsidiárias.

<sup>13</sup> BORGES Antonio et al. Elementos de Contabilidade Geral. Áreas Editora. 22ª Edição. 2005. P. 884.



- Contratual – Resulta de acordos com uma sociedade ou com alguns dos seus accionistas/sócios;
- Económica – resulta quer de uma situação de quase monopólio das actividades pelo grupo quer por motivos de acordos de subcontratação ou de trabalho por encomenda relativamente à empresa-mãe.

Enquanto a dependência financeira gera um poder de direito, as outras geram um poder de facto.<sup>14</sup>

#### **2.4.2. Concentração de Actividades económicas**

A NRF 24 não define o conceito de concentração de actividades empresariais, contudo a mesma NRF enumera as situações em que se pode identificar uma concentração de actividades empresariais:

- O Resultado de quase todas as concentrações de actividades empresariais é que uma entidade, a adquirente, obtém o controlo de uma ou mais actividades empresariais diferentes, as adquiridas. Se uma entidade obtiver o controlo de uma ou mais entidades que não sejam actividades empresariais, a junção dessas entidades não é uma concentração de actividades empresariais. Quando uma entidade adquire um grupo de activos ou passivos ou de activos líquidos que não constitua uma actividade empresarial, ela deve imputar o custo do grupo entre os activos e passivos individuais identificáveis do grupo com base nos seus justos valores à data da aquisição. (§ 4)
- Uma concentração de actividades empresariais pode ser estruturada numa variedade de formas por razões legais, fiscais ou outras. Pode envolver a compra por parte de uma entidade do capital próprio de outra entidade, a compra de todos os activos líquidos de outra entidade que em conjunto formem uma ou mais actividades empresariais. A concentração de actividades empresariais pode concretizar-se pela emissão de instrumentos de capital próprio, pela transferência de caixa, equivalentes de caixa ou outros activos, ou por uma combinação dos mesmos. A

---

<sup>14</sup> RODRIGUES, José Azevedo. Práticas de Consolidação de Contas. Lisboa: Áreas Editora, 2002, p. 13

transacção pode se entre os accionistas das entidades concentradas ou entre uma entidade e os accionistas de outra entidade. Pode envolver o estabelecimento de uma nova entidade para controlar as entidades concentradas ou os activos líquidos transferidos, ou a reestruturação de uma ou mais das entidades concentradas. (§ 5)

- Uma concentração de actividades empresariais pode resultar numa relação entre empresa-mãe e subsidiária, na qual a adquirente é a empresa-mãe e a adquirida a subsidiária da adquirente. Nessas circunstâncias, a adquirente aplica esta norma nas suas demonstrações financeiras consolidadas. Ela inclui o seu interesse na adquirida como um investimento numa subsidiária nas demonstrações individuais (§ 6)
- Uma concentração de actividades empresariais pode envolver a aquisição dos activos líquidos, incluindo qualquer *trespasse (goodwill)*, de outra entidade em vez da compra do capital próprio da outra entidade. Uma tal concentração não resulta numa relação entre empresa-mãe e subsidiária.

Em síntese uma concentração de actividades empresariais é uma operação como “a transacção na qual um adquirente obtêm controlo de um ou mais negócios”, e que pode ser obtido por:

- Aquisições de partes de capital próprio de outra entidade.
- Fusões
- Aquisição de activos que em conjunto formem uma ou mais actividades empresariais.
- Assumir os passivos de outra entidade.
- Obtenção do controlo por contrato.

#### **2.4.2.1. Métodos de Contabilização**

A NRF 24 diz que todas as concentrações de actividades empresariais devem ser contabilizadas pela aplicação do método de compra (§ 10).

Este método considera a concentração de actividades empresariais na perspectiva da entidade concentrada que é identificada como adquirente. A adquirente compra activos líquidos e reconhece os activos adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos, incluindo aqueles que não tenham sido anteriormente reconhecidos pela adquirida. A mensuração dos activos e passivos da adquirente não é afectada pela transacção, nem quaisquer activos ou passivos adicionais da adquirente são reconhecidos como consequência da transacção, porque não são o objecto da transacção. (§ 11)

### **2.4.3. Porque é que as empresas se reagrupem?**

O ciclo capitalista veio revolucionar as teorias de administração e as estratégias empresariais. As empresas viram-se obrigadas a captação de fundos para que pudessem continuar a laborar e tornarem-se menos lesáveis. As empresas reagrupem-se por diversas razões, nomeadamente: aumento da rentabilidade, diminuição da vulnerabilidade à instabilidade das economias, possibilidade de se adoptar economias de escala e consequentemente reduzirem os custos e serem ainda mais competitivos; dando resposta a barreiras à entrada em novos mercados; expansão internacional; variedade de opções para captação de financiamento, domínio de um sector de actividade com possibilidades de assumir o monopolismo; usufruir de benefícios fiscais, entre outras vantagens.

Segundo RODRIGUES João se por outro lado, a globalização da economia tem originado um significativo acréscimo de investimentos em entidade não controlado pelo investidor, sendo o investimento justificado por diversas razões, desde a presença em mercados internacionais à diversificação de negócios, etc.

### **2.4.4. A percentagem de interesse e a percentagem de Controlo**

Por vezes existe a percepção de que na maioria dos casos, o poder de controlo depende directa e proporcionalmente da percentagem de capital detida. Na realidade, convém distinguir o conceito de percentagem de interesse de percentagem de controlo.<sup>15</sup>

---

<sup>15</sup> RODRIGUES, José Azevedo. Práticas de Consolidação de Contas. Lisboa: Áreas Editora, 1998, p. 884 e 885

A percentagem de interesse ou participação exprime a fracção de capital, ou quota-parte do património, detida directa ou indirectamente, na sociedade dependente. Prende-se com o Controlo Jurídico

A percentagem de Controlo exprime o grau de dependência das sociedades participadas relativamente à participante. É representada pela percentagem de direitos de voto da empresa participada que a participante consegue controlar, em consequência das suas participações quer directas, quer indirectas. Tem a ver com o Controlo Económico.<sup>16</sup>



**Figura 1 - Percentagem de Interesse e Percentagem de Controlo**

**Fonte:** Adaptado de RODRIGUES José (1998)

**Tabela 2 – Percentagem de Controlo e Percentagem de Participação**

| Percentagem de Controlo de A por M: | Percentagem de Interesse de M em A              |
|-------------------------------------|---|
| Situação 1: $45\% + 55\% = 100\%$   | Situação 1: $45\% + 75\% \times 55\% = 86,25\%$ |
| Situação 2: $45\% + 40\% = 85\%$    | Situação 2: $45\% + 50\% \times 40\% = 65\%$    |
| Situação 3: $45\% + 0\% = 45\%$     | Situação 2: $45\% + 25\% \times 50\% = 57,5\%$  |

**Fonte:** RODRIGUES, José Azevedo (1998)

No que diz respeito ao tipo de controlo exercido pode-se distinguir três situações:

- I. Controlo Exclusivo – A empresa-mãe detém uma percentagem de controlo superior a 50% ou, por qualquer outra situação, tem uma relação de domínio sobre a filial;

<sup>16</sup> Id., 1998, p. 14.

- II. Controlo Conjunto – O poder de controlo da empresa participada está atribuído por um grupo restrito de sociedades participantes, todas com equivalência poder (grupo fechado);
- III. Influência significativa – A sociedade participante exerce algum poder de controlo, sobre a participada, mas que não é dominante. Normalmente corresponde a percentagens de controlo entre os 20% e os 50%, desde que não se verifiquem situações de controlo conjunto (grupo fechado) ou quaisquer outras que originem controlo exclusivo.

#### **2.4.5. Tipos de Grupo**

As sociedades modernas e, em particular, os períodos de franco desenvolvimento económico e social, abrem caminhos para novas oportunidades, a que as empresas não podem deixar de estar atentas. Assim as empresas, com a preocupação de responder à procura e de aproveitar as oportunidades de natureza comercial, produtiva, financeira, fiscal ou laboral, apresentam uma tendência natural para o desenvolvimento das suas actividades e consequente crescimento. Este, pode verificar-se por duas vias diferentes:

**Crescimento vertical** – que consiste na integração de todas as fase da cadeia de valor, ou seja, desde o abastecimento de matérias, produção e distribuição de produtos.

**Crescimento horizontal** – através da integração de negócios, ou seja, do poder de decisão sobre actividades que são complementares, concorrentes ou, pura e simplesmente, diversificadas.

De realçar que em termos práticos é muito mais simples fazer a consolidação de contas de um grupo horizontal do que num grupo vertical, pois neste último a muitas operações recíprocas que deverão ser ajustados aquando da apresentação das contas consolidadas.

##### **2.4.5.1. Grupo Vertical**

Trata-se de um grupo constituído por uma empresa-mãe e filiais submetidas ao seu controlo, ou influência significativa, por força da detenção de participações financeiras,

directas ou indirectas. O grupo pode conter subgrupos encabeçados pelas empresas-mãe dos mesmos. Este tipo de grupo é o mais vulgar.<sup>17</sup>

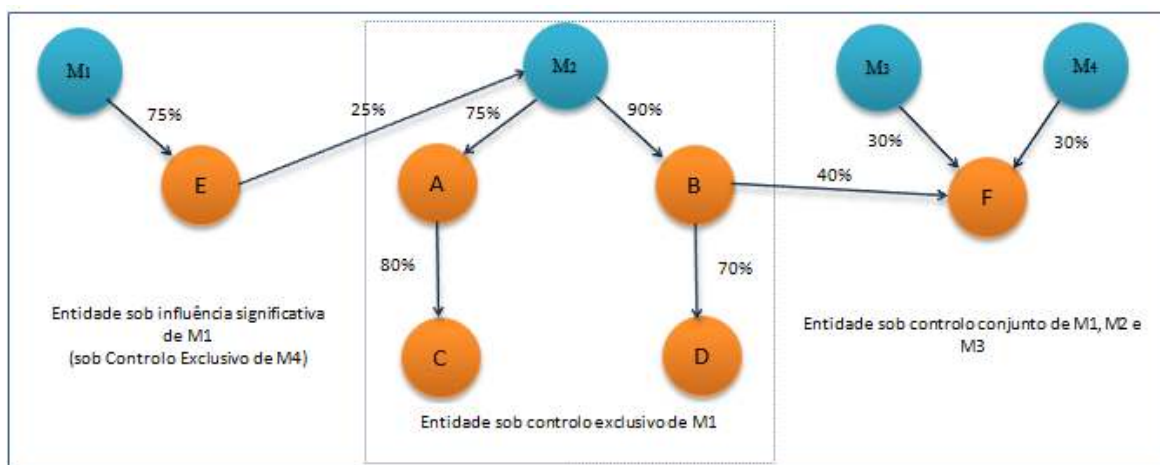


Figura 2 – Grupo Vertical

Fonte: Adaptado de RODRIGUES José (1998)

#### 2.4.5.2. Grupo Horizontal

Constituído por sociedades não ligadas por uma relação de dependência financeira entre si, mas submetidas a um centro de decisão resultante, não do domínio financeiro de uma delas, mas sim de outro tipo de dependência, tal como anteriormente referido. Em regra, dependem de uma direcção colegial, constituída por uma das empresas-mãe ou ainda por uma pessoa física ou família.<sup>18</sup>

Os grupos horizontais têm fundamentalmente uma natureza económico-produtiva, enquanto os verticais uma natureza jurídico-financeira.

<sup>17</sup> Id., 2002, p.16

<sup>18</sup> Id., 2002, p. 17.

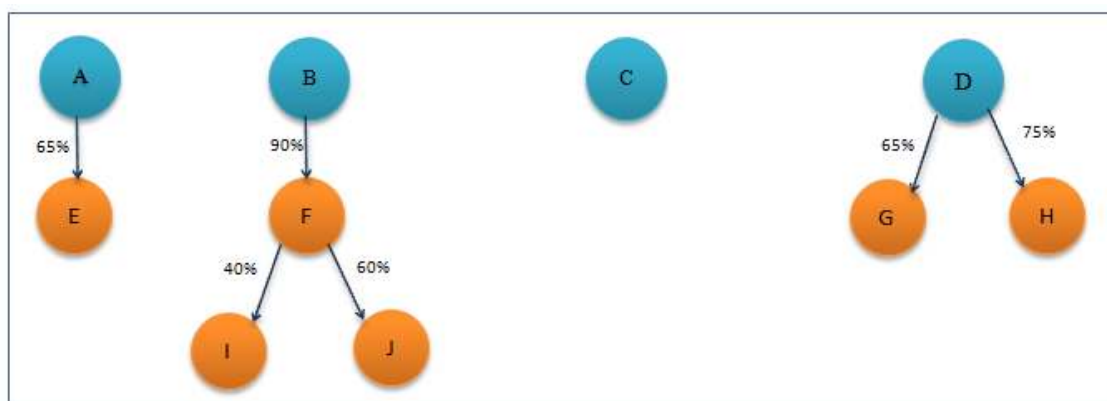


Figura 3 - Grupo Horizontal

Fonte: Adaptado de RODRIGUES, José (1998)

## 2.5. Consolidação de Contas:

A consolidação de contas é um processo contabilístico que consiste em agregar as contas de uma empresa-mãe com as suas subsidiárias, de modo a que as contas resultantes representem a situação financeira e os resultados das operações do grupo como se de uma única entidade se tratasse, pretendendo apresentar apenas os resultados das operações que as empresas do grupo tiveram com terceiros.

Assim sendo, toda a problemática da consolidação é dominada por duas questões: a definição de grupo e as regras de elaboração das contas consolidadas. Relativamente à definição de grupo, o domínio ou controlo de uma empresa por outra é o conceito fundamental, mas esse controlo pode ser obtido por formas diversas:

- Controlo legal, quando a entidade-mãe dispõe de mais de 50% dos votos na empresa subsidiária
- Controlo económico, quando as empresas estão submetidas a um único poder de decisão.

Como é evidente, o controlo legal implica geralmente o controlo económico, mas este pode existir sem aquele.

Na realidade a dominação e unidade de direcção, características dos grupos económicos, determinam uma interdependência entre todas as sociedades do grupo, especialmente nas suas relações financeiras e comerciais, cujos valores, muitas vezes, não corresponderão àqueles que se estabeleceriam entre entidades independentes.

Financeiramente, as entidades poderão sempre proceder à transferência recíproca de fundos, consoante as conveniências do grupo; comercialmente, os preços das transacções efectuadas entre empresas do grupo podem ser fixados fora do jogo da livre concorrência, com o objectivo de reduzir os lucros de umas e aumentar os de outras, também consoante as conveniências do grupo.

Acontece até, por vezes, que certos gastos comuns acabam por não ser repartidos por todas as empresas do grupo, como competia.

Sendo assim, compreende-se que as contabilidades das várias entidades do conjunto, observados separadamente, não possam revelar a extrema complexidade das respectivas relações, assim como a sua interdependência económica e financeira, proporcionando apenas uma visão incompleta e distorcida da situação do grupo.

Ora, neste sentido, uma informação válida só é possível com a integração, a amalgamação, ou a consolidação das contas das várias entidades do grupo, isto é, com o adiçãoamento, conta a conta, dos respectivos valores, activos, passivos e de capital próprio, por um lado, e de gastos e rendimentos, por outro, para obter após a eliminação dos valores correspondentes às operações entre elas realizadas, o balanço e a demonstração de resultados da unidade económica constituída como um todo.<sup>19</sup>

### **2.5.1. A Consolidação e seus objectivos**

O objectivo primordial da consolidação de contas propende mostrar duma forma expressiva a situação patrimonial e financeira integral e os resultados conjuntos das diferentes empresas que compõem um determinado grupo, visto como um todo. As demonstrações financeiras consolidadas<sup>20</sup> constituem um complemento e não um substituto das demonstrações financeiras individuais das empresas integradas num grupo e têm como objectivo dar uma imagem verdadeira e apropriada da situação financeira e dos resultados das operações do conjunto formado por essas empresas, ou seja, o grupo.

---

<sup>19</sup> SILVA, F.V. Gonçalves et al. Contabilidade das Sociedades. Plátano Editora. 2006, p. 394 e 395.

<sup>20</sup> Segundo a NRF 25, As demonstrações financeiras consolidadas são as demonstrações financeiras de um grupo apresentadas como as de uma única entidade económica.



Com efeito, pela via da consolidação obtém-se um só balanço e uma só demonstração de resultados do conjunto dessas empresas, como se se tratasse de uma única empresa.

As demonstrações financeiras consolidadas compreendem:

- Um Balanço Consolidado;
- Uma Demonstração de Resultados Consolidado;
- Um Anexo ao Balanço e demonstração de resultados Consolidado;
- Um Relatório de Gestão Consolidado;
- Uma Demonstração de Fluxos de Caixa Consolidado

As informações consideradas de maior utilidade nas demonstrações financeiras consolidadas respeitam à estrutura financeira e permitem especialmente proceder a uma observação analítica do financiamento desse grupo através do passivo não exigível, exigível a longo, médio e curto prazo, como também da tendência dos mesmos; apreciar as relações entre esta evolução e a estrutura dos activos, nomeadamente em relação a cobertura do activo não corrente pelos capitais permanentes, bem como o fundo de maneo e as necessidades de fundo de maneo. Estas informações também deverão possibilitar conhecer os resultados e capacidade de criação de riqueza, bem como a liquidez do grupo.

Se para um lado estas informações têm muita importância para o grupo de *Stake holders* externos, à gestão do grupo, e das empresas individuais terão interesse nas informações daquelas demonstrações por facilitarem “...a gestão das sociedades de grupo, visto ser disponibilizadas informação elaborada segundo os mesmos critérios e princípios”<sup>21</sup>, e também melhorarem “...o conhecimento do grupo, na medida em que procede a análises particulares de cada empresa participada, mesmo que não seja englobada no conjunto consolidado.”<sup>22</sup>

As demonstrações financeiras consolidadas devem dar uma imagem verdadeira e apropriada da situação financeira e dos resultados do conjunto das empresas compreendidas na consolidação.

---

<sup>21</sup> RODRIGUES, José Azevedo. Práticas de Consolidação de Contas. Lisboa: Áreas Editora, 1998, p. 14.

<sup>22</sup> Id. 1998, p. 14.

### **2.5.2. Inconvenientes da Consolidação de Contas**

Embora a consolidação de contas apresenta muitas vantagens para os tomadores de decisão, também apresenta algumas desvantagens daí, o facto de já se ter referido que as contas consolidadas representam um complemento às demonstrações financeiras individuais.

A consolidação de contas apresenta algumas imperfeições e limites devidos, essencialmente: à essência de alguns elementos do conjunto das empresas compreendidas na consolidação, ao diluir das características individuais das entidades consolidadas, a substituição das realidades jurídicas dos diversos componentes pelo aspecto económico do conjunto, às insuficiências das contabilidades a partir dos quais se elaboram,<sup>23</sup> pois os valores constantes naquelas demonstrações

Acrescentar ainda que “difícilmente se prestam a comparações entre grupos na medida em que cada grupo é um grupo [outra limitação também seria surgirem] alterações no número e tipo de empresas que formam o grupo (alterações do perímetro ou das percentagens de participação), torna-se falível a sua comparação no tempo.” (RODRIGUES, 1998, p. 18).

### **2.5.3. Métodos de Consolidação**

Na escolha do Método de consolidação de contas dever-se-á ter em conta as participações detidas, bem como o controlo e a influência significativa que a entidade exerce sobre a participada conforme ilustrado na tabela 1.

Assim podemos ter 3 métodos de consolidação de contas:

- Consolidação Integral;
- Consolidação Proporcional e
- Método de Equivalência patrimonial

---

<sup>23</sup> REIS, José Filipe Pires, Sebenta, s.d.

Embora a NRF 25 – Investimentos em subsidiárias e consolidação - não se refere explicitamente a esses métodos, apenas diz quais os procedimentos de consolidação que se deve adoptar.

“...ao preparar demonstrações financeiras consolidadas, uma entidade combina as demonstrações financeiras da empresa-mãe e das suas subsidiárias linha a linha adicionando itens idênticos de activos, passivos, capital próprio, rendimentos e ganhos e gastos e perdas. A fim de que as demonstrações financeiras consolidadas apresentem informação financeira acerca do grupo como se fosse uma entidade económica única...” (NRF 25 § 13)

Estes procedimentos enquadram-se naquilo que se pode designar de Método de Consolidação Integral, este “...consiste na integração no balanço e na demonstração de resultados da entidade consolidante dos respectivos elementos dos balanços e das demonstrações dos resultados das empresas consolidadas, evidenciando os direitos de terceiros, designados por Interesses Minoritários.”<sup>24</sup>

As definições dos dois restantes métodos são as seguintes:

Método de consolidação proporcional<sup>25</sup>, que consiste na integração no balanço e na demonstração de resultados da empresa consolidante da parte que proporcionalmente lhe corresponder nos elementos respectivos dos balanços e das demonstrações de resultados das empresas consolidadas;

A NRF 23 refere ainda que a aplicação deste método [Referindo-se nesse caso ao tratamento dos empreendimentos conjuntos] significa que no balanço do empreendedor inclui a sua parte nos activos que controla conjuntamente e a sua parte nos passivos pelos quais é conjuntamente responsável. Para a demonstração dos resultados também este

---

<sup>24</sup> Id. 1998, p. 23.

<sup>25</sup> Segundo a NRF 23 é um método de contabilização em que a parte de um empreendedor em cada um dos activos, passivos, rendimentos e ganhos e gastos e perdas de uma entidade conjuntamente controlada é combinada linha a linha com itens semelhantes das demonstrações financeiras do empreendedor ou relatada como linhas de itens separadas nas demonstrações financeiras do empreendedor.

deverá fazer reflectir todos os seus rendimentos e gastos da entidade conjuntamente controlada.

Método de equivalência patrimonial, que consiste na substituição no balanço da empresa consolidante do valor contabilístico das partes de capital por ela detidas pelo valor que proporcionalmente lhe corresponde nos capitais próprios da empresa participada.

Este método que na verdade é apenas um método de contabilização de investimentos financeiros da participante, poderá, ao abrigo do NRF 23 § 57 ser considerado como um método de contabilização nas contas consolidadas e tem como premissa o reflexo da quota-parte do capital próprio da participada.

Pelo que qualquer variação no capital próprio deverá ter seu reflexo nas contas da participante, resultantes de alterações no capital próprio da investida que não tenham sido reconhecidas nos resultados da investida. Tais alterações incluem as resultantes da revalorização de activos fixos tangíveis e das diferenças de transposição de moeda estrangeira. A parte do investidor nessas alterações é reconhecida directamente no seu capital próprio.

#### **2.5.4. Perímetro da Consolidação de Contas**

Neste ponto importa entender primeiramente que a delimitação do grupo económico no qual recairão a consolidação de contas dependerá da óptica e dos objectivos pretendidos. Atendendo que a óptica seja a fiscal, o grupo deverá preencher determinados requisitos que serão devidamente explicados no ponto 2.6. deste trabalho; porém se a óptica for em virtude das directrizes das normas nacionais de contabilidade e ou outros imperativos de gestão, o perímetro poderá ter outra dimensão.

Trata-se de identificar os casos em que seja possível dispensar o grupo de elaborar contas consolidadas, o que acontece nas circunstâncias previstas na lei, sendo que a nossa legislação, em princípio, não obrigará as empresas que cumpram com determinados requisitos de apresentarem e ou serem tributadas por via das contas consolidadas, mas sim deixará esta opção ao critério do contribuinte.

Uma questão que poderá afectar o perímetro e mesmo o método de consolidação, prende-se com a técnica de elaboração das contas consolidadas na realidade, poder-se-á adoptar quer a técnica de consolidação directa, quer a consolidação em cascata.

Optando por apresentar as contas consolidadas, há necessidade de definir a técnica de consolidação para delimitar as empresas a consolidar e para, numa segunda fase, escolher os respectivos métodos de consolidação. Para isso, dever-se-á proceder a uma síntese das informações e elementos identificados nos pontos anteriores, de forma a serem englobados no perímetro todas as empresas sobre as quais a entidade-mãe tem uma influência significativa, isto é, exerce um poder de controlo não inferior a 20% (directa ou indirectamente). Contudo, deste conjunto de empresas algumas podem ser excluídas devido a:

- Imaterialidade (apenas no caso de associadas em equivalência patrimonial),
- Diferenças estruturas das informações contabilísticas,
- Restrições severas e duradouras;
- Detenção de capital para posterior venda a curto-prazo;
- Dificuldades na obtenção de informação ou que a sua obtenção implique custos elevados ou grande demora.

Para isso, sugere-se a elaboração do quadro completo de todas as participações e das informações complementares, necessárias para o efeito.

Em esquema, apresenta-se o processo de selecção das empresas que farão parte do perímetro e dos métodos em cada uma delas:

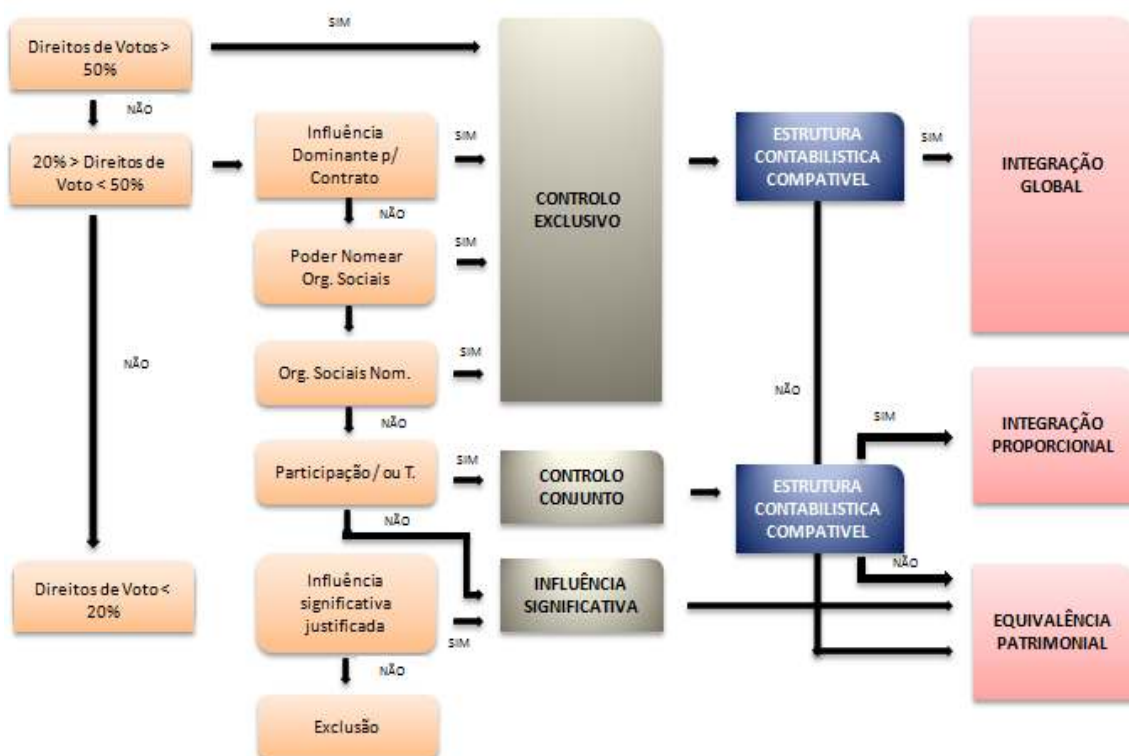


Figura 4 – Método de Consolidação com base nas participações Financeiras

Fonte: Adaptado de BORGES, António (2002)

### 2.5.5. Operações prévias à consolidação de Contas

A consolidação de contas implica uma série de trabalhos preparatórios, entre os quais destaca-se:

#### 2.5.5.1. Elaboração do Organograma

Com a elaboração do organograma do grupo é possível indicar de forma clara e objectiva a lista das sociedades a consolidar e a escolha do método de consolidação a utilizar, determinado pela percentagem de controlo da sociedade-mãe sobre cada sociedade.

#### 2.5.5.2. Uniformização dos princípios contabilísticos e critérios de valorimetria

As entidades compreendidas na consolidação devem seguir os mesmos princípios e procedimentos contabilísticos aplicados pela empresa-mãe nas suas demonstrações financeiras. A entidade consolidante deve aplicar os mesmos métodos de avaliação que os

aplicados às suas contas individuais. Sempre que os elementos do activo e do passivo incluídos na consolidação tenham sido avaliados por empresas compreendidas na consolidação segundo métodos não uniformes com os fixados para a consolidação, estes elementos devem de ser de novo avaliados de acordo com os métodos fixados para a consolidação, a não ser que o resultado desta nova avaliação não apresente desvio significativo.

Tais derrogações devem ser assinaladas no anexo das contas consolidadas e devidamente justificadas.<sup>26</sup>

#### **2.5.5.3.Preparação do Manual de Consolidação**

Este manual é indispensável para orientar a consolidação, tanto no presente como no futuro, garantindo a estabilidade dos métodos e critérios de consolidação, especialmente no que se refere aos lançamentos de consolidação recorrentes (ao contrário do que acontece com as contas anuais, a consolidação das contas de um exercício não se baseia na consolidação das contas do exercício anterior, implicando em cada ano a repetição de determinados tratamentos).

#### **2.5.5.4.Criação de um grupo de trabalho**

Nele tomarão parte, representantes da empresa-mãe e de todas as empresas incluídas na consolidação, incluindo os respectivos auditores internos. Poderá ser aconselhável a realização de acções de formação do pessoal adstrito à consolidação.

#### **2.5.5.5.Preparação da contabilidade do grupo**

Os lançamentos de consolidação podem ser desenvolvidos exclusivamente em mapas e documentos de suporte, que permitam de forma clara e objectiva a sua revisão, não só por parte das entidades legalmente obrigadas a certificar as contas consolidadas, mas também a sua eventual verificação por parte de qualquer outra entidade competente. Quando tal não seja possível, deverão efectuar-se registos digráficos em livros do grupo, considerado como uma unidade económica e financeira.

---

<sup>26</sup> LOPES Carlos António Rosa. Consolidação de Contas. Edições Silabo.2010, p. 79.

#### **2.5.5.6. Conversão Cambial**

Quando o perímetro de consolidação englobar uma ou mais empresas cujas demonstrações financeiras estejam expressas em unidades monetárias diferentes da entidade-mãe e das restantes empresas, [implicará dizer que o grupo inclui empresas em países diferentes], verifica-se a necessidade de converter os valores para a moeda em que vão ser apresentadas as contas consolidadas, [por certo a moeda do país da empresa-mãe, o que pode implicar questões complexas.].<sup>27</sup>

Se uma das entidades participadas é autónoma devemos usar o método da taxa de fecho, se é integrada devemos usar o método temporal.

##### **2.5.5.6.1. O método de fecho**

Por este método, todos os activos e passivos são convertidos ao câmbio vigente à data do balanço (câmbio final)<sup>28</sup>, enquanto os resultados são convertidos às taxas de câmbio das datas de transacção<sup>29</sup>. Por razões práticas admite-se o uso do câmbio médio do ano<sup>30</sup>. Porém, se as taxas de câmbio variarem substancialmente, o uso da taxa média não é apropriado.

Todas as diferenças de câmbio resultantes devem ser reconhecidas como um componente separado do capital próprio. Estas diferenças de câmbio resultam:

- Da transição de rendimentos e gastos às taxas de câmbio nas datas de transacção e de activos e passivos à taxa de fecho;
- Da transição dos activos líquidos de abertura a uma taxa de câmbio de fecho que difira da taxa de fecho anterior.

Estas diferenças de câmbio não devem ser registadas nos resultados porque as alterações nas taxas de câmbio têm pouco ou nenhum efeito sobre os fluxos de caixa actuais e futuros das unidades operacionais. Quando as diferenças de câmbio se relacionam com uma

---

<sup>27</sup> RODRIGUES José Azevedo, Práticas de consolidação de contas. Áreas editora. 2ª Edição. 2002, p. 94.

<sup>28</sup> Segundo a NRF 20 ¶38 alínea a) os activos e passivos de cada balanço apresentado (i.e. incluindo comparativos) devem ser transpostos à taxa de fecho na data desse balanço;

<sup>29</sup> Na alínea b) da mesma norma refere que os rendimentos e gastos de cada demonstração dos resultados (i.e. incluindo comparativos) devem ser transpostos às taxas de câmbio nas datas das transacções

<sup>30</sup> Ver nº 39 da NRF 20.



unidade operacional estrangeira que esteja consolidada, mas não totalmente detida, as diferenças de câmbio acumuladas resultantes da transposição e atribuíveis aos interesses não controlados são imputadas a e reconhecidas como parte dos interesses não controlados no balanço consolidado.

Se a participada estiver inserida numa economia hiperinflacionária, as suas contas devem ser transpostos para uma moeda de apresentação diferente usando os seguintes procedimentos de acordo com a NRF 20 § 41:

- Todas as quantias das rubricas do balanço e demonstração de resultados devem ser transpostas à taxa de fecho na data do balanço mais recente excepto que
- Quando as quantias transpostas para a moeda de uma economia não hiperinflacionária, as quantias comparativas devem ser aquelas que tenham sido apresentadas como quantias do ano corrente nas demonstrações financeiras relevantes do ano anterior (i.e. são ajustadas para alterações subsequentes no nível de preço ou alterações subsequente nas taxas de câmbio).

Quando a moeda funcional de uma entidade é a moeda de uma economia hiperinflacionária, a entidade deve reexpressar as suas demonstrações financeiras procedendo, para o efeito, de acordo com a IAS 29 – Relato Financeiro em Economias hiperinflacionárias) antes de aplicar os procedimentos acima transcritos, excepto no caso de quantias comparativas que sejam transpostas para uma moeda de uma economia não hiperinflacionária.

#### **2.5.5.6.2. O método temporal**

Por este método:

- Os activos e passivos não monetários e de longo prazo (investimentos, inventários, créditos e débitos em moeda estrangeira e a longo prazo, capital e reservas), registados ao custo, são convertidos ao câmbio vigente na data em que o activo foi adquirido, o passivo assumido ou o capital e reservas criados (câmbio histórico);

- Os itens não monetários que sejam mensurados pelo justo valor devem ser convertidos pelo uso das taxas de câmbio à data em que o justo valor foi determinado;
- Os activos e passivos monetários, tais como as disponibilidades e os créditos e débitos a curto prazo, são convertidos ao câmbio vigente à data do balanço (câmbio final);
- Os resultados (rendimentos e gastos) são convertidos às taxas de câmbio da data de transacção ou ao câmbio médio do ano, com excepção das amortizações, depreciações e provisões que são convertidas aos câmbios utilizados para os respectivos activos.
- As diferenças de câmbio apuradas no processo de conversão são registadas nos resultados.

#### **2.5.5.7.Reconciliação de Contas Correntes**

Uma das operações prévias da consolidação é a eliminação das operações entre empresas do grupo dos débitos e créditos recíprocos, pelo que se torna necessário proceder à conciliação das contas-correntes entre as empresas compreendidas na consolidação.

### **2.6. O Resultado Fiscal das Contas Consolidadas**

A consolidação fiscal é facultativa e visa a tributação consolidada dos grupos económicos desde que se verifiquem os desígnios consagrados na legislação fiscal. Poderá acontecer que um grupo económico que elabore demonstrações financeiras consolidadas no âmbito contabilístico não reúna condições para ser tributado pelo lucro consolidado (nos termos das normas fiscais a empresa-mãe, por si só ou conjuntamente com outras sociedades que com ela estejam em relação de domínio).

Embora contabilidade e fiscalidade sejam realidades distintas, existem pontos comuns, pelo que alguns procedimentos de consolidação de contar quer numa óptica quer noutra deveriam ser idênticos, contribuindo deste modo para a normalização, o que facilitaria a execução do trabalho contabilístico fiscal.

Salienta-se que ao longo dos anos, a fiscalidade tem-se amparado da contabilidade para efeitos de tributação das empresas. Com efeito, o resultado fiscal é obtido através do resultado contabilístico, o qual é depois corrigido extra-contabilisticamente em função das disposições contidas no CIUR, efectuando-se acréscimos e deduções ao resultado contabilístico no modelo 1B (mapa de apuramento do resultado tributável).

Contudo, no âmbito da consolidação fiscal (tributação pelo lucro consolidado) não será este o procedimento a adoptar (atendendo que se aprove o projecto de lei).

O art. 79º do Projecto de Lei diz que os resultados consolidados obtêm-se através da soma algébrica dos resultados líquidos das contas individuais deduzidos dos resultados distribuídos entre as sociedades do grupo, não atendendo aos outros ajustamentos e reclassificações que poderão ter efeito no resultado do grupo.

Esta forma de tributação pelo resultado consolidado não traz qualquer benefício em relação a tributação pelos resultados individuais, visto o resultado fiscal individual não ser afectado pelos rendimentos e gastos imputados pela participante pelos lucros ou prejuízos nas participadas.

#### **2.6.1. Enquadramento Geral**

Embora o grupo de empresas seja reconhecido incontestavelmente como uma unidade económica nos domínios jurídico e contabilístico de muitos países em que é obrigatória a elaboração de contas consolidadas a verdade é que o mesmo não verifica no domínio fiscal, sendo que para tal serão necessário mais requisitos do que apenas os aspectos jurídicos.

Ora, os esquemas tradicionais da tributação individualizada das empresas do grupo apresentam pelo menos os seguintes inconvenientes:

- Propiciam formas de evasão fiscal, dadas as relações financeiras e contratuais estabelecidas entre as entidades do grupo, que podem originar facilmente transferências de lucros e prejuízos de umas para as outras de modo a minimizar a

carga fiscal do grupo, sem esquecer a possibilidade de comportamentos fraudulentos;

- Convidam à fuga de entidades para países com carga fiscal menos pesada ou mesmo para os chamados paraísos fiscais.

Assim, a perspectiva de encarar o grupo como unidade tributária, que o direito fiscal de vários países tem vindo a reconhecer, embora com soluções parciais e limitadas, acaba por se concretizar por um substancial pragmatismo, para evitar os inconvenientes da tributação individualizada, tendo em atenção que aquela solução:

- É mais justa, na medida em que a capacidade contributiva dos grupos encontra a sua melhor expressão no lucro consolidado das empresas que os integram;
- Evita os efeitos nocivos da dupla tributação de rendimentos
- Favorece a compensação de prejuízos;
- Previne de alguma forma a evasão fiscal;
- Limita a fuga de entidade para o estrangeiro;
- Favorece a constituição de grupos

Em resumo, os países mais desenvolvidos têm procurado adequar o regime tributário dos grupos à realidade dos nossos dias, com vista a não criar entraves à constituição, dinâmica e funcionamento dos grupos e a assegurar a neutralidade fiscal em relação a outras formas de concentração de empresas, embora sem comprometer as receitas fiscais e prevenir possíveis distorções da concorrência.<sup>31</sup>

### **2.6.2. A Tributação pelo Lucro Consolidado em Cabo Verde**

Para dar sustentabilidade legal a este capítulo tomou-se por base o projecto de lei para o IURPC<sup>32</sup> que até a data de entrega deste trabalho ainda não havia sido publicado pelo que qualquer alteração nos artigos utilizados, durante este capítulo, poderão condicionar a verdade do mesmo, pelo que caso isto aconteça, solicita-se desde já a compreensão do leitor.

---

<sup>31</sup> SILVA, F.V. Gonçalves. Contabilidade das Sociedades. Platano Editora. 12ª Edição. Lisboa. 2006, p. 426.

<sup>32</sup> Projecto de proposta de Lei nº /VII/2009

O referido projecto de lei no Título III – Tributação de grupos e transformação de sociedades -, prevê toda a regulação legal concernente a tributação por via das contas consolidadas.

De grosso modo, esta lei irá permitir que um grupo económico, possa ser tributado pelo lucro consolidado.

Diz o artigo 78º da referida lei que existindo um grupo de sociedades, a sociedade dominante [empresa-mãe] pode optar pela aplicação do regime especial de determinação da matéria colectável [lucro fiscal] em relação a todas as sociedades do grupo, [diz ainda no ponto 2 que só] Existe um grupo de sociedade quando uma sociedade, dita dominante, detém, directa ou indirectamente, pelo menos 90% do capital de outra ou outras sociedades ditas dominantes, desde que tal participação lhe confira mais de 50% dos direitos de voto.

Dai ter em atenção que o perímetro da consolidação de contas fiscal deverá cingir ao grupo de empresas que estejam dentro destas condições

#### **2.6.2.1.Requisitos legais exigidos**

- As sociedades têm de ter sede em território nacional e desde que a totalidade dos seus rendimentos<sup>33</sup> fique sujeita ao regime geral de tributação em IURPC;
- A sociedade dominante detém a participação na dominada há mais de dois anos,
- A sociedade dominante não é considerada dominada de nenhuma outra sociedade residente em território cabo-verdiano;
- A sociedade dominante não tenha renunciado a aplicação do regime nos três anos anteriores,

O nº 4 do mesmo artigo refere ainda que deverão ficar fora do perímetro da tributação por via das contas consolidadas as entidades que se encontrarem nas seguintes condições:

- Estejam inactivas há mais de um ano ou tenham sido dissolvidas;

---

<sup>33</sup> Ter em atenção que os rendimentos referidos na alínea a) do nº 3 do art.º 78, referem-se obviamente ao resultado tributável (Rendimentos – gastos +- ajustamentos fiscais) da entidade.

- Registrem prejuízos fiscais nos últimos três anos económicos, salvo no caso das sociedades dominadas e se a participação já for detida pela sociedade dominante há mais de dois anos;
- Adoptem um período de tributação não coincidente com o da sociedade dominante;
- Não assumam a forma jurídica de sociedade anónima ou sociedade em comandita;

Para efeitos fiscais poderemos ter algumas divergências do perímetro de consolidação de contas. Pelo que para o apuramento do resultado tributável teremos que suprimir do grupo todas as sociedades que não cumprem com os requisitos exigidos legalmente.

#### **2.6.2.2. Como aderir a este regime?**

A entidade dominante deverá comunicar a DGCI através do envio de uma declaração (nº 6. Do art. 78º combinado com o art. 113º) que pretende ser tributada pelo resultado do grupo, esta mesma declaração deverá ser entregue dentro dos prazos estabelecidos por essa mesma lei.

#### **2.6.3. Os Impostos diferidos e a consolidação de contas**

O resultado contabilístico e fiscal são duas grandezas distintas. O resultado contabilístico, para efeitos de impostos diferidos, corresponde ao resultado líquido antes de impostos, fazendo-se o seu apuramento na demonstração de resultados, enquanto o resultado fiscal é obtido a partir do resultado contabilístico, efectuando-se correcções, acréscimos e deduções em conformidade com a legislação fiscal. Esta problemática está inerente ao facto do resultado contabilístico não ser igual ao resultado fiscal, sendo de especial relevância os efeitos económicos futuros existentes à data do balanço, entre a valorização contabilística e fiscal dos activos e passivos.

A diferença entre estes dois resultados deve-se à existência de diferenças temporárias e permanentes.

Segundo definição da NRF 22, Diferenças temporárias são diferenças entre a quantia escriturada de activo ou de um passivo no balanço e a sua base de tributação. As diferenças temporárias podem ser:

- Diferenças temporárias tributáveis, que são diferenças temporárias de que resultam quantias tributáveis na determinação do lucro tributável de períodos futuros quando a quantia escriturada do activo ou do passivo seja recuperada ou liquidada; ou
- Diferenças temporárias dedutíveis, que são diferenças temporárias de que resultam quantias que são dedutíveis na determinação do lucro tributável de períodos futuros quanto a quantia escriturada do activo ou do passivo seja recuperada ou liquidada.

A base fiscal de um activo ou de um passivo é a quantia atribuída a esse activo ou passivo para fins fiscais.

As diferenças permanentes correspondem a gastos e rendimentos contabilísticos que não são considerados para efeitos fiscais.

Os impostos diferidos visam o tratamento contabilístico das diferenças entre os valores contabilísticos de activos e passivos e das respectivas bases fiscais.

Em termos sintéticos, poder-se-á dizer que os impostos diferidos têm subjacente uma técnica contabilística que visa atenuar a diferença entre resultados contabilísticos e fiscais.

#### **2.6.3.1. Aplicação do MEP**

Os gastos e rendimentos contabilizados no âmbito da aplicação do método da equivalência patrimonial não relevam para efeitos fiscais, pelo que terão que ser acrescidos (gastos) ou deduzidos (ganhos) para efeitos de apuramento do lucro tributável. (nº 2 do Artigo 79º do projecto de lei IURPC)

Porém aquando da aprovação das contas e consequente distribuição de dividendos, aqueles rendimentos (Normalmente distribui-se dividendos quando a entidade tem resultados positivos) deverão ser tomados para apuramento do resultado fiscal, porém há um desfasamento temporal entre o período em que ocorre os rendimentos e gastos (afectando desta forma o resultado contabilístico) e o período em que se recebe os dividendos e paga-se os gastos provenientes daqueles mesmos rendimentos ou gastos (afectando o resultado fiscal), pelo que deve reconhecer os impostos diferidos resultantes dos ajustamentos provenientes dos resultados obtidos pelas participadas.

### **2.6.3.2.Revalorização de activos**

Após reconhecimento e mensuração inicial (ao custo) de um item do activo tangível ou intangível, a entidade deve escolher ou o modelo de custo ou o modelo de revalorização como sua política contabilística para mensuração do item e aplicar essa política a uma classe inteira de activos. (NRF 7)

Ao optar pelo modelo de revalorização, a entidade está a escriturar o activo por uma quantia revalorizada que é o seu justo valor à data de revalorização NRF 7 menos qualquer depreciação/amortização acumulada subsequente e perdas por imparidade acumuladas subsequentes.

A revalorização dos activos tangíveis e intangíveis é reconhecida directamente no capital próprio, o que gera uma situação de passivos por impostos diferidos.

Quando, por efeito de revalorização, emergir um valor líquido dos elementos dos activos fixos superior à respectiva base tributável, ao aumento do valor líquido daqueles elementos corresponderá um montante de imposto diferido. A reversão daquele valor do passivo por impostos diferidos, de acordo com o NRF 7, processar-se-á por efeito da realização da reserva de revalorização, seja pelo registo das quotas das amortizações e depreciações periódica (óptica do uso), seja por alienação do bem (óptica da alienação). Nos casos em que, por efeito de revalorizações, os elementos dos activos fixos tangíveis e intangíveis passem a ter uma base tributável superior ao correspondente valor contabilístico não poderá ser registado qualquer activo por impostos diferidos.

### **2.6.3.3.Revalorização de Activos Fixos não depreciables**

Os impostos diferidos dos activos fixos não depreciables deverão ser calculados com base nas consequências fiscais que adviriam da recuperação da quantia escriturada desse activo por meio da venda, independentemente da base de mensuração da quantia escriturada desse activo. Em conformidade, se a lei fiscal especificar uma taxa aplicável à quantia tributável derivada da venda de um activo que difira da taxa fiscal aplicável à quantia tributável derivada do uso de um activo, a anterior taxa é aplicada na mensuração do activo ou passivo por impostos diferidos relacionado com um activo não depreciable.



A nível da consolidação de contas ter especial atenção ao facto de poder haver filiais em praças diferentes em que estas utilizam um referencial contabilístico e fiscal diferente da empresa-mãe, podendo as mesmas fazerem revalorizações com base numa determinada legislação e tais revalorizações não terem efeito nas contas do grupo, e consequentemente os impostos diferidos deles resultantes.

#### **2.6.3.4. Perdas por imparidades de activos**

Uma entidade deve avaliar sempre na data do relato se há qualquer indicação de que um activo possa estar com imparidade.

Um activo está em imparidade quando o excedente da quantia escriturada de um activo, ou de uma unidade geradora de caixa, em relação a sua quantia recuperável.<sup>34</sup>

E quando assim é a entidade deve reconhecer a perda por imparidade directamente nos resultados (NRF 7 § 25), e nesta altura deverá também comparar a quantia escriturada revista do activo com a sua base fiscal a fim de apurar os impostos diferidos resultantes do seu reconhecimento. (NRF 7 § 28)

Contudo as perdas por imparidade só são aceites como gastos fiscais quando a respectiva dedução seja expressamente admitida no CIURPC daí a necessidade de reconhecer os impostos diferidos.

#### **2.6.3.5. Constituição de Provisões além das da base fiscal**

Segundo o NRF 19 § 8 provisão é um passivo de tempestividade ou quantia incerta. A mesma norma refere no paragrafo 13 que uma provisão deve ser reconhecida quando cumulativamente:

- Uma entidade tenha uma obrigação presente (legal ou construtiva) como resultado de um acontecimento passado;
- Seja provável que um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos será necessário para liquidar a obrigação; e

---

<sup>34</sup> A quantia recuperável segundo o NRF 17 ¶4 refere que é a quantia mais alta de entre o justo valor de um activo ou unidade geradora de caixa menos os custos de vender e o seu valor de uso.

- Possa ser feita uma estimativa fiável da quantia da obrigação.

As provisões mesmo sendo tempestivas, quando há indícios de que possam ocorrer, devem ser reconhecidas para que as demonstrações financeiras possam dar uma imagem verdadeira e apropriada da sua posição financeira, desempenho económico e monetário, contudo a administração fiscal poderá não aceita-las como gastos para dedução do resultado fiscal, e analogamente ao que acontece com as imparidades, as provisões originam impostos diferidos.

#### **2.6.3.6. Amortizações e depreciações para além das da base fiscal**

As amortizações e depreciações calculadas para além da base fiscal, não são aceites para dedução do resultado tributável e por se tratar de uma diferença temporária dedutível originam um activo por imposto diferido.

#### **2.6.3.7. Diferenças de Câmbio**

A NRF 20 § 49 diz que os ganhos e perdas com transacções em moeda estrangeira e as diferenças de câmbio resultantes da transposição dos resultados e da posição financeira de uma entidade (incluindo uma unidade operacional estrangeira) para outra moeda podem ter efeitos fiscais e por isso deve-se ter em atenção para o cálculo dos impostos diferidos resultantes desses efeitos.

#### **2.6.3.8. Resultados líquidos negativos com perspectiva de lucros futuros**

Quando a empresa apura um resultado líquido negativo, mas perspectivar lucros futuros que cubra-os dentro dos limites impostos pela legislação fiscal para efeitos de dedução na determinação da matéria colectável dever-se-á reconhecer impostos diferidos calculados com base na taxa de imposto em vigor.

#### **2.6.4. Ajustamentos e Reclassificações da consolidação**

Obtida a homogeneização das empresas incluídas na consolidação, podem começar as operações de consolidação propriamente ditas, com vista à elaboração das contas consolidadas, que hão-de evidenciar a situação financeira e os resultados do grupo.

A consolidação consiste fundamentalmente, em:

- Integrar no grupo todas as contas do Balanço e da Demonstração de Resultados, da empresa-mãe e de todas as suas subsidiárias, debitando as contas com saldo devedor e creditando as contas com saldo credor na contabilidade do grupo, o que equivale a somar linha a linha os respectivos valores no mapa de trabalho;
- Compensar as participações financeiras, substituindo o seu valor contabilístico pelo valor que representam no capital próprio das respectivas filiais, reconhecendo os interesses não controlados, nos casos de domínio parcial e considerando as diferenças de incorporação, quando elas existam;
- Eliminar as operações recíprocas, realizadas no grupo, e os respectivos resultados;
- Corrigir o imposto sobre o rendimento, em consequência das eliminações e correcções anteriores, no caso de o grupo ser tributado pelo resultado consolidado;
- Repartir os resultados totais entre o grupo (resultado consolidado) e os interesses não controlados.

#### **2.6.4.1. Eliminação do valor da Participação financeira**

Nos métodos de consolidação integral e proporcional, o valor da participação financeira contabilizada nos activos da empresa participante, deve ser anulado em contrapartida da fracção que lhe cabe nos capitais próprios da participada.

Com excepção do caso em que a empresa seja incluída pela primeira vez nas contas consolidadas, esta operação deve ser reportada à data de aquisição da participação financeira, pelo que deverá ter-se em conta as seguintes situações:

- Será reportada à data de compra, se a participação financeira tiver sido adquirida de uma só vez;
- No caso da participação financeira ter sido adquirida em anos diferentes, os valores devem ser reportados às datas em que as compras se verificaram;
- Caso se verifiquem várias compras no mesmo exercício, os capitais próprios da filial devem ser calculadas em função de cada uma das datas de aquisição. No

entanto, se as compras forem em pequenas quantidades e se resultam da tomada de controlo da filial, deve ser retida como data de aquisição a data da última compra.

No método de consolidação integral os capitais próprios da entidade dependente são acumulados na sua totalidade. Para eliminar o valor da participação financeira da sociedade participante, assim como os capitais próprios da dependente, deve identificar-se:

- O custo e a data de aquisição da participação financeira contabilizada na sociedade participante;
- O valor dos capitais próprios na empresa dependente à referida data de aquisição;
- A fracção correspondente à participação de terceiros;
- A diferença entre o valor de aquisição e o valor da fracção correspondente à participação da entidade participante.

Quando se faz a primeira consolidação, isto é, quando a empresa dependente é incluída pela primeira vez nas contas consolidadas, os valores acima referidos, em vez da data de compra, reportam-se ao início do exercício que aquela se realiza, no caso da participação financeira ter sido adquirida em anos anteriores. Caso contrário, se a participação financeira tiver sido adquirida durante esse mesmo exercício ou em datas posteriores à da primeira consolidação, os valores reportar-se-ão à data de compra. No que diz respeito aos capitais próprios acumulados posteriormente à data em que a empresa é consolidada pela primeira vez ou às datas de aquisição nas consolidações subsequentes, não serão acumulados em contrapartida dos investimentos financeiros, mas sim considerados, na parte correspondente à participação do grupo, como capitais próprios consolidados (reservas ou resultados consolidados)

Quando se elimina a participação financeira torna-se necessário fazer a compensação entre o valor do custo do investimento financeiro na consolidante e a fracção que lhe corresponde nos capitais próprios da consolidada.

No caso em que o custo de aquisição é superior à fracção de capitais próprios que lhe respeita verifica-se que, por alguma razão, o comprador está a pagar um preço superior ao que contabilisticamente lhe corresponde. Esta situação pode ser justificada por:

- Se admitir que o património da empresa vale mais do que o expresso na contabilidade, ou seja, do que o seu valor contabilístico, pelo que se está perante uma diferença (diferença de aquisição). que deve ser imputada.
- Se prever que uma compensação em anos futuros, tratando-se de um goodwill. Desta forma, este valor deverá ser classificado como uma *diferença de consolidação*, já que não é identificável com qualquer tipo de activo ou passivo. Neste caso, será classificada como um activo fixo intangível – *Goodwill*, este não poderá ser amortizado.

No método de consolidação proporcional deixa de existir a rubrica de Interesses não controlados, dado que os capitais próprios são acumulados apenas pela percentagem de participação da sociedade consolidante e não na sua totalidade. No que diz respeito às *Diferenças de Consolidação*, o tratamento é igual ao descrito no método anterior.

No método de equivalência patrimonial apenas se justifica falar de um ajustamento contabilístico do valor da participação financeira. Como não se acumulam as contas da entidade dependente às contas da consolidante, também não se eliminam as participações financeiras.

No caso da empresa consolidante não ter ainda apurado as Diferenças de Consolidação, estas deverão ser apuradas segundo o tratamento descrito no primeiro método.

Mas, se nas contas individuais da empresa consolidante as participações financeiras já tiverem sido contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial, não faz sentido elaborar os ajustamentos mencionados para a consolidação de contas, caso os mesmos tenham sido realizados em estrita observância dos princípios da consolidação. Aqui as participações de capital em associadas já reflectem o valor da fracção que lhes cabe nos capitais próprios da associada, logo, evidenciadas no capital próprio de capital em filiais e associadas. Os ajustamentos relativos a resultados do exercício da associada estão espelhados, quer em gastos, quer nos rendimentos.

Por último, note-se que as participações financeiras em empresas associadas poderão permanecer no balanço consolidado a preços de custo (valor de aquisição). Contudo, se tal

acontecer a diferença para a fracção de capitais próprios que lhe corresponder deverá ser evidenciada nas divulgações das contas consolidadas.

#### **2.6.4.2. Anulação das dívidas entre empresas do grupo**

Os saldos entre empresas do Grupo devem ser conciliados à data de fecho de contas e eliminados nas contas consolidadas.

No método de consolidação integral, as dívidas intra-grupos (activas e passivas) são eliminadas, normalmente, pela totalidade, uma vez que foram integradas pelo seu valor global. No entanto, é preciso ter em consideração o seguinte:

- As dívidas entre a sociedade consolidante e a filial integrada totalmente são eliminadas pela sua globalidade;
- As dívidas entre filiais integradas globalmente são também eliminadas pela sua totalidade;
- As dívidas entre filiais integradas globalmente são também eliminadas pela sua totalidade; e
- As dívidas entre duas empresas dependentes, uma englobada totalmente e outra proporcionalmente, devem ser eliminadas pela fracção mais baixa de participação da entidade-mãe em cada uma delas.

No método de consolidação proporcional as dívidas ou passivos devem ser anuladas pela percentagem de participação da consolidante na consolidada.

- As dívidas existentes entre a consolidante e a consolidada integrada proporcionalmente, devem ser anuladas pela percentagem de participação que a mãe detém;
- As dívidas entre duas empresas, integradas proporcionalmente, devem ser anuladas pela fracção mais baixa de participação da entidade consolidante em cada uma das consolidadas;

- As dívidas entre sociedades dependentes, em que uma é dependente da outra (ou seja, a entidade-mãe não detém percentagem de participação directa numa delas) e ambas são integradas proporcionalmente, devem ser anuladas pela percentagem que resulta da multiplicação das duas percentagens de participação.

No método de equivalência patrimonial como não existe agregação das contas, também não se efectua esta anulação de saldos, dado que os saldos das associadas não estão reflectidos na consolidante.

#### 2.6.4.3. Anulação das operações entre empresas do grupo.

Nas operações intra-grupos há a distinguir:

- **Transacções recíprocas:** a anulação destas transacções não afecta os resultados do Grupo por se compensarem entre si, nomeadamente compras, vendas, prestações de serviços, gastos e rendimentos financeiros.
- Os procedimentos de anulação são idênticos ao referido em relação às dívidas, sendo que as contas contabilísticas a utilizar são contas da demonstração de resultados e não de balanço.
- **Transacções não-recíprocas:**<sup>35</sup> a anulação destas transacções, provoca alterações nos resultados do Grupo. Estas alterações são vulgarmente denominadas por resultados não realizados, os quais devem ser anulados. Por exemplo, mais ou menos valias de transmissões internas de imobilizado e lucros incluídos em existências e outros activos adquiridos a empresas do Grupo.

No método de consolidação integral os resultados gerados dentro do Grupo, que ainda não se encontram realizados, devem ser integralmente anulados. Sendo no entanto necessário referir que se estiverem contabilizados na sociedade-mãe, a anulação irá reflectir-se totalmente no resultado consolidado, ao contrário do que sucede se estiverem evidenciados

---

<sup>35</sup> A referir que estas anulações de transacções não recíprocas originam diferenças e alteram o resultado do Grupo pelo que devem registar impostos diferidos.

nas participadas em que se devem ser distribuídos entre o Grupo (resultado consolidado) e a parte a que pertence a terceiros (alteração na rubrica de Interesses não controlados).

No método de consolidação proporcional os resultados não realizados devem ser anulados pela percentagem de interesse da empresa-mãe na participada. Se foram gerados entre empresas do Grupo, o valor a anular correspondente à percentagem de participação mais baixa.

No método equivalência patrimonial os resultados resultantes de transacções ascendentes e descendentes entre um investidor (incluindo as suas subsidiárias consolidadas) e uma associada são reconhecidos nas demonstrações financeiras do investidor apenas até ao ponto dos interesses não relacionados do investidor na associada. A parte do investidor nos resultados da associada resultantes destas transacções é eliminada.

No âmbito das transacções comerciais entre empresas industriais do mesmo Grupo económico podemos ter operações muito diferenciadas.

A empresa vendedora de um bem pode efectuar vendas de matérias-primas, subsidiárias ou de consumo; mercadorias ou produtos acabados. Ao passo que no lado da compradora esta pode regista-los como compra de matérias-primas ou mercadorias, incorporar em produtos em curso de fabrico ou contabilizar em imobilizado, conforme a utilização do bem adquirido.

Uma empresa como prestadora de serviços registará o serviço numa conta contabilística – prestação de serviços aquela que o recebe contabilizará como fornecimentos de serviços externos, imobilizado ou existências dependendo do fim a que se destina.

Ou seja, o que se pretende demonstrar, é que efectivamente, quando se está a proceder à consolidação de um Grupo, teremos de ter em atenção a natureza de todas as transacções intra-grupo, pelo que é fundamental que exista um sistema de informação que exista um sistema de informação e de *reporting* o mais estruturado, fiável e completo, que permita um conhecimento adequado da actividade e das operações intra-grupo para que se possam efectuar os ajustamentos de consolidação correctamente.



#### **2.6.4.4. Eliminação de Margens em Inventários**

Os inventários no final de cada período contabilístico que tenham sido adquiridas a empresas do Grupo incluem uma parcela de lucro gerado internamente, o qual deve ser eliminado, porque ainda não foi realizado. A ideia subjacente a este ajustamento corresponde a apresentar os inventários ao custo de produção da empresa vendedora em vez do preço de custo da empresa compradora, uma vez que este corresponde ao preço de venda da vendedora, no qual se inclui a sua margem de lucro<sup>36</sup>

A anulação de margens deve ocorrer também no valor dos inventários iniciais (caso não sejam considerados os saldos das contas consolidadas finais), por contrapartida de resultados transitados, excepto no primeiro exercício de consolidação em que se utiliza a conta diferenças de consolidação de abertura.

No método de consolidação integral a margem contida nos inventários finais das entidades participadas adquiridas à entidade-mãe, deve ser totalmente anulada e reflectida no resultado consolidado do Grupo, pois encontra-se reconhecida nos resultados líquidos da mãe. No caso de serem vendidas por participadas detidas a menos de 100%. A margem é também anulada integralmente, no entanto é repartida pelo resultado do Grupo e Interesses não controlados em função da percentagem de participação na entidade vendedora.

No método de consolidação proporcional a margem afecta apenas o resultado consolidado, dado que se anula apenas pela percentagem de participação.

No método de equivalência patrimonial é necessário efectuar o ajustamento do valor da participação financeira.

A reposição dos resultados internos eliminados na consolidação, aquando da alienação dos inventários para o exterior não implica a realização de nenhum ajustamento, dado que se materializa nas próprias contas individuais da empresa, através da variação de inventários.

---

<sup>36</sup> Os custos de transporte e manuseamento, suportados pela empresa fornecedora para transportar as mercadorias à empresa compradora, que constituem custos imputáveis aos inventários do Grupo, não deverão ser eliminados.

#### **2.6.4.5. Eliminação de mais e menos-valia e de margens de investimentos**

Se estivermos perante a venda de um activo fixo, o principio base da consolidação determina a reposição da situação inicial, ou seja repor o valor bruto do bem registado na empresa vendedora, ajustar as depreciações e amortizações acumuladas e anular o resultado obtido na alienação (mais ou menos valia).

No método de consolidação proporcional os ajustamentos são efectuados apenas na percentagem de participação que a empresa consolidante detém na empresa consolidada e independentemente de quem efectua a venda o resultado afectado é o do Grupo (não há interesses não controlados).

No método de equivalência patrimonial temos o ajustamento do valor da participação financeira.

## **II. CAPÍTULO III – DEMONSTRAÇÃO DA CONSOLIDAÇÃO DE CONTAS NO GRUPO TECNICIL**

### **3.1. Metodologia do trabalho**

De forma a atingir os objectivos preconizados, utilizou-se como metodologia a consulta bibliográfica diversa concernente à Consolidação de Contas, Investimentos Financeiros, Concentrações de Actividades Empresariais, Legislação Fiscal, em livros e artigos científicos; consulta de documentação legal regendo sobre a matéria em questão e documentação avulsa na Internet e nas revistas especializadas; o que permitiu de certa forma a estruturação e elaboração do enquadramento teórico.

Assim neste capítulo (DEMONSTRAÇÃO DA CONSOLIDAÇÃO DE CONTAS DO GRUPO TECNICIL) empregou-se, na medida do possível, parte do que já foi exposto. Dizer também que sem os dados económicos fornecidos pela Tecnicil, como sendo o relatório e contas consolidadas de 2009 e outros dados extra-contabilísticos, seria impossível fazer esta análise que em muito contribui para enriquecimento deste trabalho.

No ponto final deste capítulo optou-se por criar cenários para que se pudesse analisar de forma mais abrangente o impacto fiscal nas contas consolidadas do grupo.

### **3.2. O Grupo Tecnicil**

A TECNICIL nasceu em 1996 e tem a seguinte orientação estratégica: Visão e Pilares Estratégicos: Ser o maior grupo Cabo-Verdiano e de referência mundial no sector do turismo, conquistando uma posição de liderança em todos os sectores onde actua.

### **3.3. Caracterização das sociedades do Grupo**

- **TECNICIL Imobiliária, Sociedade Unipessoal, S.A.**

Até Novembro de 2008 era TECNICIL - Sociedade de Imobiliária e Construções, S.A., foi criada em 6 de Agosto de 1996 como uma sociedade por quotas de responsabilidade limitada, tendo sido, por escritura pública de 6 de Fevereiro de 1998, transformada em sociedade anónima de responsabilidade limitada. O capital social da Tecnicil Imobiliária,

integralmente realizado no montante de mESC 100 000, anteriormente detido em 95% por entidades nacionais privadas e em 5% pela própria Sociedade, foi, em Junho de 2008, adquirido pela Tecnicil SGPS, SA.

O objecto social da Tecnicil Imobiliária, definido pelos seus Estatutos, consiste na aquisição, comercialização e alienação de imóveis, na promoção imobiliária, execução de obras de construção civil, públicas ou particulares e na execução de trabalhos de urbanização e infra-estruturação, podendo ainda exercer actividades industriais complementares ou conexas com as atrás referidas, cujo produto seja incorporado em construção civil, designadamente a pré-fabricação de vigas, blocos, abobadilhas, soleiras, peitoris, tampas de valeta, lancis, carpintarias e alumínio.

- **Tecnicil Indústria, Sociedade Unipessoal, SA**

Até Junho de 2008, Águas de Cabo Verde, SA, foi criada em Dezembro de 1988 como uma sociedade por quotas de responsabilidade limitada, tendo sido, por escritura pública de 30 de Março de 2001, transformada em sociedade anónima de responsabilidade limitada. O capital social da Tecnicil Indústria, integralmente realizado, no montante de mESC 85 800, anteriormente detido pela Tecnicil - Sociedade de Imobiliária e Construções, SA, foi, em Junho de 2008, adquirido pela Tecnicil SGPS, SA.

O objecto social da Tecnicil Indústria, definido pelos seus Estatutos, consiste no exercício da actividade industrial de produtos alimentares e de bebidas, designadamente a sua produção, comercialização, importação e exportação de produtos, maquinarias e equipamentos de apoio e fomento de serviços especializados a clientes relacionados com os sectores de actividade atrás referidos, podendo ainda adquirir, onerar e alienar participações em quaisquer outras sociedades, seja qual for o tipo e objecto social, em sociedades reguladas por leis especiais e poderá participar em formas de cooperação entre empresas comerciais, designadamente associação em participação, consórcios ou agrupamentos complementares de empresas.

- **Tecnicil Hotels & Resorts, Sociedade Unipessoal, SA,**

Até 2 de Outubro de 2008 era Vila Verde Hotels & Resorts, Sociedade Unipessoal, SA (adiante designada por Tecnicil Hotels & Resorts), foi criada em Dezembro de 2006, tendo

iniciado a actividade em 2007. O capital social da Tecnicil Hotels & Resorts, integralmente realizado no montante de mESC 5 000, anteriormente detido pela Tecnicil- Sociedade de Imobiliária e Construções, SA, foi, em Junho de 2008, adquirida pela Tecnicil SGPS, SA.

O objecto social da Tecnicil Hotels & Resorts, definido pelos seus Estatutos, consiste na gestão e exploração de empreendimentos turísticos e na gestão e exploração de propriedades, nomeadamente a actividade de arrendamento de imóveis, podendo ainda exercer actividades industriais ou comerciais afins, complementares ou conexas, designadamente a prestação e o fornecimento de serviços a clientes.

- **Tecnicil Construções, Sociedade Unipessoal, S.A.**

Foi criada em Abril de 2007. O capital social da Tecnicil Construções, integralmente realizado no montante de mESC 80 000, anteriormente detido pela Tecnicil- Sociedade de Imobiliária e Construções, SA, foi, em Junho de 2008, adquirida pela Tecnicil SGPS, SA.

O objecto social da Tecnicil Construções, definido pelos seus Estatutos, consiste na execução e gestão de obras de construção civil, públicas ou particulares, nomeadamente, habitação, reabilitação de monumentos, estradas, pontes e viadutos, túneis e escavações subterrâneas, portos e aeroportos, estruturas industriais e marítimas, barragens e hidráulica civil, urbanização e infra-estruturas urbanas, infra-estruturas de lazer, ferroviárias, desportivas e ambientais. Pode ainda exercer actividades industriais ou comerciais afins, complementares ou conexas com as atrás referidas, cujo produto é incorporado em construção civil, designadamente a produção e comercialização de betão pronto, agregados, pré-fabricados, artefactos de cimento e outros materiais de construção.

- **A Tecnicil Trading, Sociedade Unipessoal, S.A.**

Foi criada em Abril de 2007. O capital social da Tecnicil Trading, integralmente realizado no montante de mESC 50 000, anteriormente detido pela Tecnicil- Sociedade de Imobiliária e Construções, SA, foi, em Junho de 2008, adquirida pela Tecnicil SGPS, SA.

O objecto social da Tecnicil Trading, definido pelos seus Estatutos, consiste na importação, armazenagem, entre-postagem, exportação, distribuição e comercialização, a grosso e a retalho, de quaisquer bens, produtos, mercadorias, matérias primas e subsidiárias

nos sectores de construção civil, imobiliária, promoção imobiliária, agro-alimentar, turístico, hoteleiro, transportes e telecomunicações. Pode ainda exercer actividades industriais ou comerciais afins, complementares ou conexas com as atrás referidas, nomeadamente a transformação de bens, produtos, mercadorias, matérias primas, bem como prestação de serviços a clientes relacionados com os sectores de actividade acima previstos.

- **Tecnicil Entertainment, Sociedade Unipessoal, SA.**

Foi criada por escritura pública de 23 de Junho de 2008. O capital social da Tecnicil Entertainment, integralmente realizado no montante de mESC 11 047 é detido pela Tecnicil SGPS, SA.

O objecto social da Tecnicil Entertainment, definido pelos seus Estatutos, consiste no exercício da actividade da indústria da cultura, a aquisição, comercialização e gestão de estruturas e infra-estruturas culturais, desportivas e recreativas em geral. Ainda não iniciou a actividade.

Com o objectivo de apresentar uma imagem mais fiel e verdadeira do conjunto das empresas que integram o Grupo Tecnicil, optou-se pela preparação e apresentação de demonstrações financeiras consolidadas referentes ao exercício de 2008, pese embora não existir tal obrigatoriedade face à legislação então vigente.

### **3.4. Análise Prática dos Dados Económico-Financeiros do Grupo (2008)**

#### **3.4.1. Aquisição das participações pela SGPS**

A Tecnicil SGPS foi criada por escritura pública de 18 de Dezembro de 2007. O Capital Social da Sociedade integralmente subscrito e realizado no montante de 5.000.000\$00 é detido por entidades nacionais privadas.

O objecto social da Tecnicil SGPS, definido pelos seus Estatutos, consiste na gestão de participações sociais, como forma indirecta de exercício de suas actividades económicas e a aquisição, oneração e alienação de participações em quaisquer outras sociedades, de direito nacional ou estrangeiro, seja qual for o tipo e objecto social,

designadamente em sociedades reguladas por leis especiais ou formas de legais de cooperação entre empresas comerciais, bem como a associação com outras pessoas jurídicas para formar novas sociedades, agrupamentos complementares de empresas, consórcios, associações em participação e agrupamentos de interesse económico.

Em Junho de 2008 a SGPS adquiriu 100% do capital das seguintes sociedades pelos seguintes valores:

**Tabela 3 - Aquisição das Participações Sociais**

| SOCIEDADE                 | VALOR AQUISIÇÃO  | PERCENTAGEM PARTICIPAÇÃO |
|---------------------------|------------------|--------------------------|
| TECNICIL IMOBILIARIA      | 1.000.000.000,00 | 100%                     |
| TECNICIL INDUSTRIA        | 144.697.383,00   | 100%                     |
| TECNICIL TRADING          | 50.000.000,00    | 100%                     |
| TECNICIL CONSTRUÇÕES      | 80.000.000,00    | 100%                     |
| TECNICIL HOTELS & RESORTS | 5.000.000,00     | 100%                     |
| TECNICIL ENTERTAINMENT    | 11.047.000,00    | 100%                     |

### **3.4.2. Aplicação do MEP e a Determinação do Trespasse (Goodwill)**

Na altura da aquisição das participações societárias seria necessário fazer uma correspondência do valor destas com a proporção da situação líquida das sociedades a fim de apurar as diferenças de aquisição, tendo aplicado para o fim o MEP.

Para aplicar este método seria necessário:

- Conhecer o capital próprio das sociedades participadas na data da mudança do método;
- Determinar a diferença de aquisição através da avaliação do património das sociedades segregando as diferenças de avaliação do verdadeiro trespasse (*goodwill*).

Em relação ao primeiro ponto seria necessário àquela data encerrar as contas das sociedades a fim de apurar a situação líquida das mesmas e reflecti-las na SGPS, no entanto tratar-se-ia de um processo moroso. Como a actividade daquelas sociedades são em sua maioria estáveis, assumiu-se uma linearidade entre os resultados líquidos de 2007 e uma evolução no mesmo sentido em 50%.até a data da mudança.

Quanto ao segundo ponto entendeu-se que o custo/benefício de avaliar as sociedades seria inviável, assim tomou-se por base apenas os dados contabilísticos.

O Conta de Investimentos em subsidiárias e o Trespasse resultante das aquisições à data de 30 Junho de 2008 ficou assim decomposto:

**Tabela 4 - Cálculo do *Goodwill* na Aquisição das Participadas**

Valores em Contos

| Empresa Participada      | Preço Aquisição  | Valor Capital Próprio (i)<br>31.12.07 | Resultado<br>30.06.08 | Valor Capital Próprio<br>30.06.08 | Diferença de aquisição | Diferença de avaliação<br>(Justo Valor) | Trespasse<br><i>Goodwill or<br/>Negative Goodwill</i> |
|--------------------------|------------------|---------------------------------------|-----------------------|-----------------------------------|------------------------|---|---|
| Tecnici Imobiliária      | 1.000.000        | 144.521                               | 281.018               | 425.539                           | 574.461                | 0                                       | 574.461   |
| Tecnici Indústria        | 144.697          | 120.760                               | 35.876                | 156.636                           | -11.938                | 0                                       | -11.938   |
| Tecnici Trading          | 50.000           | 41.995                                | 3.720                 | 45.715                            | 4.285                  | 0                                       | 4.285   |
| Tecnici Construções      | 80.000           | 78.465                                | -9.899                | 68.566                            | 11.434                 | 0                                       | 11.434  |
| Tecnici Hotéis & Resorts | 5.000            | 3.198                                 | -14.576               | -11.378                           | 16.378                 | 0                                       | 16.378  |
| Tecnici Entertainment    | 11.047           | 11.047                                | 0                     | 11.047                            | 0                      | 0                                       | 0   |
|                          | <b>1.290.744</b> | <b>399.986</b>                        | <b>296.139</b>        | <b>696.125</b>                    | <b>594.619</b>         | <b>0</b>                                | <b>594.619</b>  |

(i) deduzidos dos dividendos distribuídos em 2008

A conta de Investimentos Financeiros em subsidiárias evidenciava então um saldo de 561.053.000\$00 enquanto a conta de Trespasse o valor de 433.553.000\$00.

Em 31 de Dezembro reflectiu-se os resultados líquidos das sociedades na SGPS e do processo resultou o seguinte:

**Tabela 5 – Correção dos valores dos Investimentos nas subsidiárias em 31.12.08**

Valores em Contos

| Empresa Participada      | Valor Capital Próprio<br>31.12.07 | Resultado<br>31-12-2008 | Ajustamentos<br>no CP<br>2008 | Valor Capital Próprio<br>31.12.2008 | Valor Investimento<br>01.06.2008 | Ajustamentos Investimentos<br>Subsidiárias | Valor Investimentos<br>31.12.2008 |
|--------------------------|-----------------------------------|-------------------------|-------------------------------|-------------------------------------|----------------------------------|--|-----------------------------------|
| Tecnici Imobiliária      | 144.521                           | 645.444                 | 0                             | 789.965                             | 425.539                          | 364.426                                    | 789.965                           |
| Tecnici Indústria        | 120.760                           | 74.717                  | 0                             | 195.477                             | 156.636                          | 38.841                                     | 195.477                           |
| Tecnici Trading          | 41.995                            | 7.362                   | 196                           | 49.553                              | 45.715                           | 3.838                                      | 49.553                            |
| Tecnici Construções      | 78.465                            | -19.796                 | 452                           | 59.121                              | 68.566                           | -9.445                                     | 59.121                            |
| Tecnici Hotéis & Resorts | 3.198                             | -29.522                 | 370                           | -25.954                             | -11.378                          | -14.576                                    | -25.954                           |
| Tecnici Entertainment    | 11.047                            | 0                       | 0                             | 11.047                              | 11.047                           | 0  | 11.047                            |
|                          | <b>399.986</b>                    | <b>678.205</b>          | <b>1.018</b>                  | <b>1.079.209</b>                    | <b>696.125</b>                   | <b>383.084</b>                             | <b>1.079.209</b>                  |



### 3.4.3. O Apuramento do Resultado Consolidado do Grupo Tecniciil

Antes de mais dizer que o grupo Tecniciil prepara as suas Demonstrações Financeiras Consolidadas para consumo interno e não para servir de informação à entidades externas, nomeadamente à administração fiscal, até porque para o exercício à que essas contas se referem não havia (como ainda não há) qualquer lei que possibilitasse ou obrigasse a apresentação das contas consolidadas. Outro aspecto interessante seria compreender se de acordo com o referido projecto de lei o Grupo Tecniciil estaria apto ou não a solicitar a tributação de contas pelo resultado consolidado. Para isso, seguidamente apresentamos uma figura que ilustra com clareza os requisitos que se devem observar para integrar o regime da tributação pelo resultado consolidado (Admitindo que a data do relato já havia sido publicado a lei do IURPC):

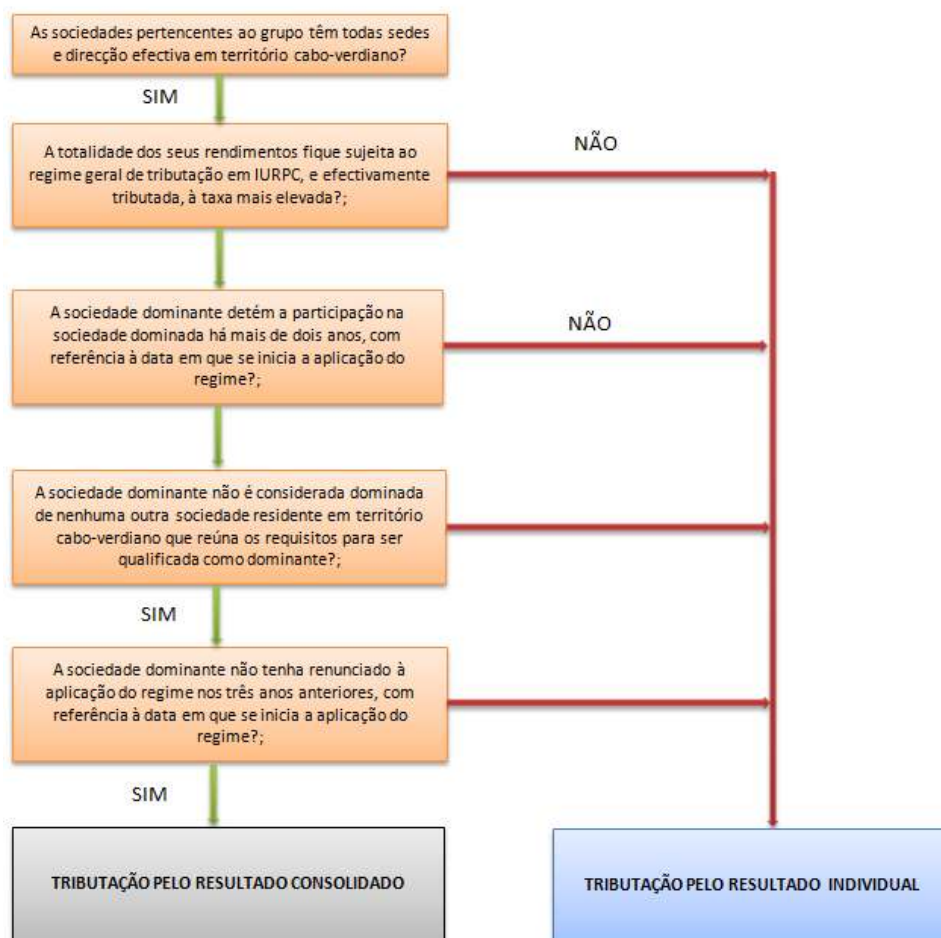


Figura 5 - Requisitos para ser Tributado pelo lucro consolidado

Conclui-se facilmente que se à data de 31 de Dezembro de 2008, o Grupo tencionasse ser tributado pelo resultado consolidado, não o poderia fazer por não verificar cumulativamente todos os requisitos exigidos pela lei.

Admitindo porém que cumprisse com os requisitos, relevante também seria analisarmos o perímetro fiscal.

O nº 4 do Artigo 78º do referido projecto de lei refere que não poderão fazer parte do grupo as sociedades que, no início ou durante a aplicação do regime, se encontrem nas situações seguintes:

- Estejam inactivas há mais de um ano ou tenham sido dissolvidas; [como é o caso da Tecniciil Entertainment, que ficaria então excluída do perímetro];
- Registem prejuízos fiscais nos três exercícios anteriores ao do início da aplicação do regime, salvo, no caso das sociedades dominadas, se a participação já for detida pela sociedade dominante há mais de dois anos;
- Estejam sujeitas a uma taxa de IURPC mais elevada;
- Adoptem um período de tributação não coincidente com o da sociedade dominante;
- O nível de participação exigido de, pelo menos, 90% seja obtido indirectamente através de uma entidade que não reúne os requisitos legalmente exigidos para fazer parte do grupo
- Não assumam a forma jurídica de sociedade anónima ou sociedade em comandita por acções

Neste caso o perímetro fiscal seria igual ao perímetro considerado pela gestão do Grupo

### 3.4.3.1. Perímetro do Grupo

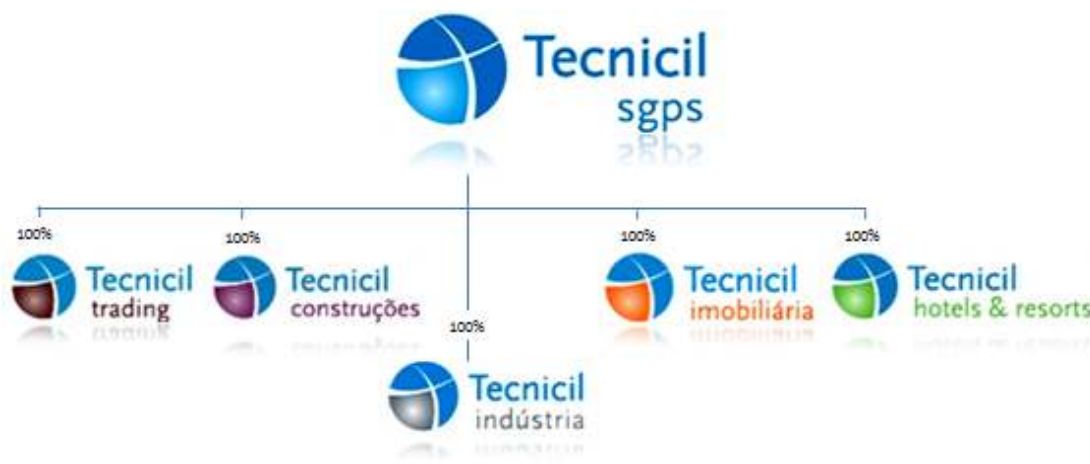


Figura 6 - Organograma Grupo Tecnical

### 3.4.3.2. Os Resultados Líquidos Individuais

As sociedades membros do Grupo Tecnical apresentavam à data de 31 de Dezembro de 2008 os seguintes resultados líquidos:

| ENTIDADES                    | RAI                   | Imposto  | RL                    |
|------------------------------|-----------------------|----------|-----------------------|
| Tecnical Imobiliária         | 645.443.509,00        | -        | 645.443.509,00        |
| Tecnical Construções         | - 19.797.446,00       | - -      | 19.797.446,00         |
| Tecnical Trading             | 7.361.674,00          | -        | 7.361.674,00          |
| Tecnical Industria           | 74.717.669,00         | -        | 74.717.669,00         |
| Tecnical Hotelaria & Resorts | - 29.522.331,00       | - -      | 29.522.331,00         |
| Tecnical SGPS                | - 86.469.604,00       | - -      | 86.469.604,00         |
| <b>TOTAL</b>                 | <b>591.733.471,00</b> | <b>-</b> | <b>591.733.471,00</b> |

A Tecnical Imobiliária e Industria devido a um acordo celebrado com o governo Cabo-Verdiano ficaram isentas dos impostos sobre rendimentos por um período de 5 anos, daí o facto de não se ter feito qualquer estimativa para o pagamento do IUR dessas sociedades.

Em relação a Tecnical Trading embora tenha alcançado um resultado contabilístico positivo o mesmo não foi objecto de qualquer dedução de imposto pelo facto dos resultados líquidos negativos dos exercícios anteriores não cobrirem o resultado positivo deste exercício.

Quantas as demais sociedades, apuraram resultados contabilísticos negativos e por não se ter nenhuma expectativa de lucro futuro a gestão das mesmas achou ser razoável não calcular qualquer activo por imposto diferido.

#### **3.4.3.3.Os ajustamentos e Reclassificações da Consolidação de Contas**

Atendendo que todas as sociedades membros do Grupo têm sede no território nacional, utilizam todos os mesmos princípios contabilísticos, pelo não houve problemas de maior com a homogeneização de princípios nem foi necessário fazer qualquer conversão de contas para a moeda de relato o que de certa forma simplificou o processo.

Para elaboração das contas consolidadas a TecniciL SGPS reúne toda a documentação necessária como sendo os Ficheiros das sociedades do Grupo e o dossier de consolidação, este dossier contém informações gerais sobre a sociedade, documentos contabilísticos de base, informações específicas sobre as contas das empresas do grupo, e informações complementares de natureza diversa.

Por sua vez o ficheiro das sociedades do grupo tem informações diversas sobre a sociedade:

##### **A. Elementos de Identificação:**

- a) Código da entidade/empresa;
- b) Denominação/firma;
- c) Sede social e respectivos endereços postais;
- d) Número de Identificação Fiscal;
- e) Actividade e respectivo C.A.E.
- f) Data de fecho das contas
- g) Moeda utilizada;
- h) Pessoal a contactar; e
- i) Nome do Revisor Oficial de Contas.

##### **B. Elementos Legais:**

- a) Cópia dos estatutos e actos modificativos;
- b) Cópia das declarações de início e de alterações fiscais; e
- c) Cópia das actas das assembleias.

C. Elementos sobre o Capital:

- a) Montante e suas variações;
- b) Percentagem do grupo e de terceiros;
- c) Tipos de participações;
- d) Capital ordinário;
- e) Capital privilegiado;
- f) Capital amortizado;
- g) Títulos (acções) depositados como garantia; e
- h) Valor das participações na própria empresa.

O grupo ainda não tem um manual de consolidação de contas que evidencie todos os procedimentos a ter em conta na elaboração das contas consolidadas.

#### **3.4.3.4. Eliminação das Participações na Tecnici SGPS**

Na eliminação das participações procedeu-se aos seguintes lançamentos e ajustamentos:

Tabela 6 - Eliminações das Participações

| Descrição   | Débitos                 | Créditos                |
|---|-------------------------|-------------------------|
| <i>Anulação da Participação Financeira na SGPS:</i> |                         |                         |
| - Tecnici Imobiliária                               |                         | 789.965.319,00          |
| - Tecnici Trading                                   |                         | 49.552.314,00           |
| - Tecnici Construções                               |                         | 59.119.724,00           |
| - Tecnici Hotels & Resorts                          |                         | -25.954.136,00          |
| - Tecnici Industria                                 |                         | 195.476.326,00          |
| <i>Anulação das Contas de Capital Próprio:</i>      |                         |                         |
| <b>Tecnici Imobiliária:</b>                         |                         |                         |
| - Capital Social                                    | 100.000.000,00          |                         |
| - Reservas  | 44.520.810,00           |                         |
| - Resultados Líquidos                               | 645.444.509,00          |                         |
| <b>Tecnici Trading:</b>                             |                         |                         |
| - Capital Social                                    | 50.000.000,00           |                         |
| - Resultados Transitados                            | -7.809.360,00           |                         |
| - Resultados Líquidos                               | 7.361.674,00            |                         |
| <b>Tecnici Construções:</b>                         |                         |                         |
| - Capital Social                                    | 80.000.000,00           |                         |
| - Resultados Transitados                            | -1.082.830,00           |                         |
| - Resultados Líquidos                               | -19.797.446,00          |                         |
| <b>Tecnici Hotels &amp; Resorts:</b>                |                         |                         |
| - Capital Social                                    | 5.000.000,00            |                         |
| - Resultados Transitados                            | -1.431.805,00           |                         |
| - Resultados Líquidos                               | -29.522.331,00          |                         |
| <b>Tecnici Industria:</b>                           |                         |                         |
| - Capital Social                                    | 85.800.000,00           |                         |
| - Reservas  | 38.078.861,00           |                         |
| - Resultados Transitados                            | -3.119.204,00           |                         |
| - Resultados Líquidos                               | 74.716.669,00           |                         |
| <b>TOTAL</b>  | <b>1.068.159.547,00</b> | <b>1.068.159.547,00</b> |

### 3.4.3.5. Eliminações das transacções decorrentes de transacções comerciais

#### 3.4.3.5.1. Anulação das dívidas entre empresas do Grupo

Antes de eliminar as dívidas entre as empresas do Grupo Tecnici procedeu-se a uma reconciliação das contas correntes mesmo atendendo que as contas individuais foram objecto de auditoria externa. As dívidas entre as empresas do grupo foram eliminadas a 100%.

#### 3.4.3.5.2. Eliminação das Margens em inventários

A empresa procedeu a segregação dos inventários à data de 31 de Dezembro da empresa Tecnici Construções e que foram vendidas pela Tecnici Trading para que se pudesse eliminar as margens de lucro gerado internamente pois àquela data não tinham sido realizadas.

### **3.4.3.5.3. Eliminação das mais e menos-valia e margens em Investimentos**

Verificaram-se duas situações:

- O Caso de alienação dos investimentos entre empresas do grupo e
- O Caso de vendas de mercadorias, classificadas nas outras sociedades como investimento;

Enquanto no primeiro caso tiveram que se levar em contas as depreciações e amortizações (as empresas utilizam as mesmas taxas de amortização e depreciação dos activos fixos) em função do ajustamento ao valor bruto dos investimentos adquiridos.

Em relação ao segundo caso, em que se classificou como uma venda de produtos, anulou-se o valor da venda por contrapartida da conta trabalhos para a própria empresa e a conta de investimentos em que o bem fora registado (pelo diferencial = margem).

### **3.4.3.6. Mapa de Trabalho da Demonstração de Resultados Consolidados**

Para a preparação da demonstração dos resultados foi preparado o seguinte mapa com base nos dados financeiros e económicos das sociedades integrantes do grupo, procedendo as eliminações entre as operações recíprocas das sociedades do grupo.

Tabela 7 - Mapa de Trabalho Demonstração Resultados Consolidados

|  | SGPS               | Imobiliária          | Indústria          | Trading              | Construções          | Hotels & Resorts   | Eliminações           | Consolidado          |
|--|--------------------|----------------------|--------------------|----------------------|----------------------|--------------------|-----------------------|----------------------|
| <b>RÉDITOS</b>                           |                    |                      |                    |                      |                      |                    |                       |                      |
| Vendas externas                          | 0                  | 9.124.414,419        | 557.817,273        | 1.466,953            | 23.595.300,08        | 0                  | 0                     | 9.707.293,945        |
| Vendas intragrupo                        | 0                  | 64.214,200           | 1.282,044          | 1.383.528,089        | 2.916.381,336,00     | -4.365.405,669     |                       | 0                    |
| <b>Réditos totais</b>                    | <b>0</b>           | <b>9.188.628,619</b> | <b>559.099,317</b> | <b>1.384.995,042</b> | <b>2.939.976,636</b> | <b>0</b>           | <b>-4.365.405,669</b> | <b>9.707.293,945</b> |
| Resultados operacionais externos         | -72.778,974        | 884.818,524          | 94.319,816         | -38.762,761          | -4.511.672,44        | -25.867,864        |                       | 837.217,068          |
| Resultados operacionais intra-grupo      | -1.500,000         | 33.620,786           | 1.282,044          | 60.256,606           | -72.403,41           | -2.333,724         | -91.253,309           | 0                    |
| <b>Resultados operacionais totais</b>    | <b>-74.278,974</b> | <b>918.439,310</b>   | <b>95.601,860</b>  | <b>21.493,845</b>    | <b>-4.584,076</b>    | <b>-28.201,588</b> | <b>-91.253,309</b>    | <b>837.217,068</b>   |
| Resultados financeiros externos          | -1.282,030         | -279.730,421         | -24.278,854        | -12.279,720          | -2.369.543,00        | -13,834            | 0                     | -319.954,401         |
| Resultados financeiros inter-segmentais  | -9.707,601         | 14.488,421           | -1.070,405         | -2.431,589           |                      | -1.278,826         | 0                     | 0                    |
| <b>Resultados financeiros totais</b>     | <b>-10.989,630</b> | <b>-265.242,000</b>  | <b>-25.349,259</b> | <b>-14.711,309</b>   | <b>-2.369,543</b>    | <b>-1.292,660</b>  | <b>0</b>              | <b>-319.954,401</b>  |
| Parte de lucros líquidos em associadas   | 0                  | 0                    | 0                  | 0                    | 0,00                 | 0                  | 0                     | 0                    |
| Imposto sobre o rendimento               | 0                  | 0                    | 0                  | 0                    | 0,00                 | 0                  | 0                     | 0                    |
| <b>Resultados actividades ordinárias</b> | <b>-85.268,604</b> | <b>653.197,310</b>   | <b>70.252,601</b>  | <b>6.782,536</b>     | <b>-6.953,619</b>    | <b>-29.494,248</b> | <b>-91.253,309</b>    | <b>517.262,668</b>   |
| Resultados extraordinários               | -1.200,000         | -7.752,801           | 4.464,068          | 579,138              | 2.062,010            | -28,083            |                       | -1.875,668           |
| Interesses minoritários                  | 0                  | 0                    | 0                  | 0                    | 0                    | 0                  | 0                     | 0                    |
| <b>Resultados líquidos do exercício</b>  | <b>-86.468,604</b> | <b>645.444,509</b>   | <b>74.716,669</b>  | <b>7.361,674,00</b>  | <b>-4.891.608,68</b> | <b>-29.522,331</b> | <b>-91.253,309</b>    | <b>515.387,000</b>   |

**Fonte:** Relatório Grupo Tecniciil Consolidado 2008

Na falta de normativo nacional sobre a consolidação de contas, as demonstrações financeiras consolidadas do Grupo foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal e, portanto, de acordo com os princípios contabilísticos e normas de consolidação consignados no Plano Oficial de Contabilidade e Directrizes Contabilísticas, com as alterações que lhe foram introduzidas pelo Decreto-Lei 238/91, de 2 de Julho e 35/2005 de 17 de Fevereiro.

### Princípios de consolidação

A consolidação das empresas subsidiárias (Ver Figura XX) efectuou-se pelo método de integração global. As transacções e saldos relevantes entre as empresas foram eliminados no processo de consolidação (ver coluna acima Eliminações). Em 31 de Dezembro de 2008 todas as empresas incluídas na consolidação são detidas pela Sociedade a 100%.



#### **3.4.3.7. Transposição das Contas Consolidadas para o SNCRF**

As contas consolidadas do Grupo Tecnicil referem-se ao exercício de 2008 período em que se aplicava o PNC para a preparação das Demonstrações Financeiras individuais e na falta de normas nacionais que regulassem a preparação das Demonstrações Financeiras Consolidadas recorreu-se ao POC (Plano Oficial de Contabilidade). Contudo e para efeitos deste trabalho foi necessária a transposição<sup>37</sup> das contas consolidadas do PNC para o SNCRF acompanhando desta forma todo o enquadramento teórico feito com base naquele normativo.

#### **3.4.3.8.A Demonstração dos Resultados Consolidados**

Deste mapa resultou a Demonstração de Resultados Consolidados, que como já foi referido teve de ser convertido para o modelo exigido pela SNCRF.

---

<sup>37</sup> Ver mapas de conversão em anexo

**Demonstração Consolidada dos Resultados por Naturezas**  
**Período Compreendido entre 01 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2008**

Valores expressos em Milhares de Escudos - CVE

| Rubricas   | Data de Referencia |                     |
|--|--------------------|---------------------|
|  | 2008               |                     |
|  | Valores            |                     |
| Vendas e Prestações de Serviços  |                    | 6.349.646,00        |
| Subsídios à exploração   |                    | 0,00                |
| Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos                                |                    | 0,00                |
| Variação nos inventários de produção   |                    | 3.168.030,00        |
| Trabalhos para a própria entidade  |                    | 0,00                |
| Gasto com mercadorias vendidas e consumidas  |                    | 1.473.245,00        |
| Resultado operacional bruto  |                    | <b>8.044.431,00</b> |
| Fornecimentos e serviços externos  |                    | 6.752.352,00        |
| Valor acrescentado bruto   |                    | <b>1.292.079,00</b> |
| Gastos com o pessoal   |                    | 278.957,00          |
| Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)   |                    | 0,00                |
| Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)   |                    | 93.374,00           |
| Provisões (aumentos/reduções)  |                    | 0,00                |
| Imparidade de activos não depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)   |                    | 0,00                |
| Aumentos/reversões de justo valor  |                    | 225.641,00          |
| Outros gastos e perdas   |                    | 112.025,00          |
| <b>Resultado antes de depreciações, amortizações, perdas/ganhos de financiamento e impostos</b>                |                    | <b>1.033.364,00</b> |
| Gastos/Reversões de depreciação e de amortização   |                    | 198.224,00          |
| Perdas/reversões por imparidade de activos depreciables/amortizáveis   |                    | 0,00                |
| <b>Resultado operacional (antes de perdas/ganhos de financiamento e impostos)</b>                              |                    | <b>835.140,00</b>   |
| Juros e ganhos similares   |                    | 48.877,00           |
| Juros e perdas similares   |                    | 368.630,00          |
| <b>Resultado antes de impostos</b>   |                    | <b>515.387,00</b>   |
| Imposto sobre o rendimento do período  |                    | 0,00                |
| <b>Resultado líquido do período</b>  |                    | <b>515.387,00</b>   |
| <b>Resultado das actividades descontinuadas (líquido de impostos) incluído no resultado líquido do período</b> |                    | 0,00                |
| <b>Resultado líquido do período atribuído à:</b>   |                    |                     |
| Detentores do capital da empresa-mãe   |                    | 515.387,00          |
| Interesses minoritários  |                    | 0,00                |
| <b>Resultado por acção</b>   |                    | <b>103,08</b>       |

Fonte: Adaptado do autor

### 3.4.3.9. Impacto Fiscal da Tributação pelo Resultado Consolidado no Grupo Tecniciil

Conforme o Relatório e Contas do Grupo 2008, as Participadas são tributadas individualmente ao abrigo do Regulamento do Imposto Único sobre os Rendimentos, aprovado pelo Decreto-Lei nº 1/96, de 15 de Janeiro, segundo o qual o rendimento tributável

é determinado com base no resultado do exercício antes de impostos, eventualmente ajustado pelos custos e proveitos que nos termos do referido Decreto-Lei não devam ser considerados para efeitos fiscais. A taxa do imposto foi fixada em 25% pelo Orçamento Geral do Estado de 2009, com efeito retroactivo ao exercício económico de 2008 (até 2007: 30%).

Exceptuam-se

I. A Tecnicil Imobiliária, Sociedade Unipessoal, SA que, nos termos da Convenção de Estabelecimento assinado com o Governo de Cabo Verde relativamente ao projecto Vila Verde Resort, SA, obteve para esse projecto os incentivos e benefícios fiscais previstos no artigo 7º da Lei nº 55/VI/2005, de 10 de Janeiro – Lei da Utilidade Turística – dos quais se destacam os seguintes:

(1) Até ao fim do período de construção e ao longo do primeiro ano de funcionamento, isenção

- (i) Do Imposto Único sobre o Património nas aquisições de imóveis destinados a construção e instalação de empreendimentos,
- (ii) De impostos aduaneiros na importação de materiais e equipamentos incorporáveis nas suas instalações e que contribuam para a sua valorização final, designadamente materiais de construção civil, equipamentos sanitários, equipamentos eléctricos e electrónicos bem como seus acessórios e peças separadas, quando os acompanham,
- (iii) De impostos aduaneiros na importação de mobiliários, veículos de transporte colectivo e misto destinados ao transporte exclusivo de turistas e bagagens, barcos de recreio, pranchas e acessórios, instrumentos e equipamentos destinados à animação desportiva e cultural;

(2) Relativamente ao IUR - Imposto Único sobre Rendimento, isenção de

- (i) 100% durante os primeiros 5 anos de funcionamento, (b) 50% durante o segundo e o terceiro quinquénios de funcionamento, e

**II.** A Tecnicil Indústria, Sociedade Unipessoal, SA, que com a construção da nova fábrica, obteve da Direcção Geral de Indústria e Energia a Certidão de Licenciamento Industrial, a qual confere determinados incentivos e facilidades previstos na Lei, nomeadamente a isenção

- (i) De direitos, impostos de consumo e emolumentos gerais aduaneiros na importação de bens de equipamentos e matérias-primas, subsidiárias e de consumo e do
- (ii) Imposto Único sobre Rendimentos (IUR) durante cinco anos, com início em Março de 2007.

Os prejuízos fiscais, quando houver, são susceptíveis de dedução a lucros fiscais gerados durante um período de três anos após a sua ocorrência. Os impostos diferidos, activos ou passivos, não são objecto de qualquer registo por não se encontrarem previstos no normativo contabilístico Cabo-verdiano então vigente. Contudo, em 31 de Dezembro de 2008, não existem situações que originem impostos diferidos, de valor significativo.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de cinco anos (dez para a Segurança Social).

É entendimento da Administração que eventuais correcções resultantes de revisões/inspecções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2008.

Atendendo as vicissitudes de cada entidade em relação ao imposto sobre o rendimento de pessoas colectivas criou-se três cenários para melhor analisar os impactos fiscais no grupo:

- **CENÁRIO 1 – Tributação pelos resultados individuais**
  - **Condições admitidas:**
    - Sem implicação do SNCRF nos resultados individuais;
    - Dedução de prejuízos fiscais anteriores no mesmo valor dos resultados positivos obtidos no exercício de 2008

- Sem perspectivas de resultados positivos com reconhecimento de impostos diferidos
- Sem isenções do IURPC
- Taxa de Tributação = 25%

- **Resultados e impostos apurados**

Tabela 8 - Resultados e Impostos Apurados

| ENTIDADES                    | RAI                   | Imposto               |
|------------------------------|-----------------------|-----------------------|
| Tecnicil Imobiliária         | 645.443.509,00        | 161.360.877,25        |
| Tecnicil Construções         | - 19.797.446,00       | -                     |
| Tecnicil Trading             | 7.361.674,00          | -                     |
| Tecnicil Industria           | 74.717.669,00         | 18.679.417,25         |
| Tecnicil Hotelaria & Resorts | - 29.522.331,00       | -                     |
| Tecnicil SGPS                | - 86.469.604,00       | -                     |
| <b>TOTAL</b>                 | <b>591.733.471,00</b> | <b>180.040.294,50</b> |

Fonte: Adaptado do autor

Podemos então ver que isoladamente as sociedades suportariam um imposto total de 180.040.294,50 CVE o que seria um acréscimo de gastos no mesmo valor face a situação real.

- **CENÁRIO 2 – Tributação pelos resultados consolidados**

- **Condições admitidas:**

- Sem implicação do SNCRF nos resultados individuais;
- Dedução de prejuízos fiscais anteriores no mesmo valor dos resultados positivos obtidos no exercício de 2008
- Sem perspectivas de resultados positivos com reconhecimento de impostos diferidos
- Sem isenções do IURPC
- Taxa de Tributação = 25%

O Resultado fiscal em consequência das operações de consolidação (eliminação de resultados não realizados) foi de 515.386.000 CVE

Tendo presente os elementos supra, podemos elaborar a seguinte tabela que nos equipara, de forma sumária, os valores numa lógica de tributação das empresas individualmente e numa lógica de grupo.

Tabela 9 - Diferença Impostos Individuais e Consolidados

| ENTIDADES                        | Individual            |                       | Grupo                 |                       |
|----------------------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|
|                                  | Materia Colectavel    | Imposto               | Materia Colectavel    | Imposto               |
| Tecnicil Imobiliária             | 645.443.509,00        | 161.360.877,25        | -                     | -                     |
| Tecnicil Construções             | - 19.797.446,00       | -                     | -                     | -                     |
| Tecnicil Trading                 | 7.361.674,00          | -                     | -                     | -                     |
| Tecnicil Industria               | 74.717.669,00         | 18.679.417,25         | -                     | -                     |
| Tecnicil Hotelaria & Resorts     | - 29.522.331,00       | -                     | -                     | -                     |
| Tecnicil SGPS                    | - 86.469.604,00       | -                     | -                     | -                     |
| <b>Conjunto das Sociedades</b>   | <b>720.161.178,00</b> | <b>180.040.294,50</b> | <b>591.733.471,00</b> | <b>147.933.367,75</b> |
| <b>Operações de Consolidação</b> |                       | -                     | <b>76.347.471,00</b>  | <b>19.086.867,75</b>  |
| <b>Soma</b>                      |                       | <b>180.040.294,50</b> | <b>515.386.000,00</b> | <b>128.846.500,00</b> |

Usufri de deduções fiscais resultantes de prejuizos fiscais de anos anteriores

**Fonte:** adaptado do autor

Dos valores do IURPC a pagar, apresentados, resultaria uma poupança de 19.086.867,75 CVE e um imposto a ser pago pela Tecnicil SGPS (Empresa consolidante) no valor de 128.846.500 CVE.

Mas quem realmente suporta ou beneficia da tributação pelo lucro consolidado? Segundo RODRIGUES José Azevedo três hipóteses podem-se colocar:

### **HIPÓTESE I – Lógica da Tesouraria**

Tabela 10 - Benefício Monetário

| ENTIDADES                    | RECEBE                | PAGA                  | SALDO TESOURARIA        |
|------------------------------|-----------------------|-----------------------|-------------------------|
| Tecnicil Imobiliária         | -                     | 161.360.877,25        | - 161.360.877,25        |
| Tecnicil Construções         | -                     | -                     | -                       |
| Tecnicil Trading             | -                     | -                     | -                       |
| Tecnicil Industria           | -                     | 18.679.417,25         | - 18.679.417,25         |
| Tecnicil Hotelaria & Resorts | -                     | -                     | -                       |
| Tecnicil SGPS                | 180.040.294,50        | 128.846.500,00        | 51.193.794,50           |
| <b>SOMA</b>                  | <b>180.040.294,50</b> | <b>308.886.794,50</b> | <b>- 128.846.500,00</b> |

Fonte: Adaptado do autor

Nesta óptica a Tecnicil SGPS teria um benefício monetário de 51.193.794,50 CVE, pois receberia da Tecnicil Imobiliária e Tecnicil Industria e repassaria o valor ao fisco mas no montante de 128.846.500 CVE.

## HIPÓTESE II – Lógica Económico-financeira

Tabela 11- Benefício Económico

| ENTIDADES                    | RECEBE                | PAGA                  | SALDO TESOURARIA        |
|------------------------------|-----------------------|-----------------------|-------------------------|
| Tecnicil Imobiliária         | -                     | 161.360.877,25        | - 161.360.877,25        |
| Tecnicil Construções         | 4.949.361,50          | -                     | 4.949.361,50            |
| Tecnicil Trading             | -                     | -                     | -                       |
| Tecnicil Industria           | -                     | 18.679.417,25         | - 18.679.417,25         |
| Tecnicil Hotelaria & Resorts | 7.380.582,75          | -                     | 7.380.582,75            |
| Tecnicil SGPS                | 201.657.695,50        | 162.793.845,25        | 38.863.850,25           |
| <b>SOMA</b>                  | <b>213.987.639,75</b> | <b>342.834.139,75</b> | <b>- 128.846.500,00</b> |

Fonte: Adaptado do Autor

Nesta segunda Hipótese considerou-se que as empresas que apuraram prejuízos calcularam impostos diferidos e por isso “receberam” (óptica económica) a parte correspondente do imposto tendo por isso um benefício económico.

## HIPÓTESE III – A Holding é uma “verdadeira mãe”

Tabela 12 - A Holding é uma "verdadeira mãe"

| ENTIDADES                    | RECEBE   | PAGA                  | SALDO TESOURARIA        |
|------------------------------|----------|-----------------------|-------------------------|
| Tecnicil Imobiliária         | -        | 128.846.500,00        | - 128.846.500,00        |
| Tecnicil Construções         | -        | -                     | -                       |
| Tecnicil Trading             | -        | -                     | -                       |
| Tecnicil Indústria           | -        | -                     | -                       |
| Tecnicil Hotelaria & Resorts | -        | -                     | -                       |
| Tecnicil SGPS                | -        | -                     | -                       |
| <b>SOMA</b>                  | <b>-</b> | <b>128.846.500,00</b> | <b>- 128.846.500,00</b> |

Fonte: Adaptado do autor

Nesta óptica a Tecnicil SGPS suportaria todos os encargos monetários do apuramento do resultado tributável em que todas as outras entidades beneficiariam desta situação.

Analisando a situação ao detalhe, faz todo o sentido que isto possa acontecer. Os resultados obtidos pelas demais sociedades são imputados através do método de equivalência patrimonial à Tecnicil SGPS e no período seguinte ao do apuramento dos resultados normalmente procede-se a distribuição dos correspondentes dividendos, pese embora, na maioria dos casos os dividendos distribuídos serem inferiores aos resultados apurados, por razões óbvias como a constituição de reservas e outras operações que contribuem para que tal suceda, não obstante a SGPS acaba por ficar em melhores condições monetárias para desembolsar aqueles valores e entrega-los a administração fiscal, mas tudo isso dependerá da gestão do Grupo e certamente das circunstâncias das sociedades na altura de fazer o pagamento do IURPC.



## **CAPÍTULO IV – CONCLUSÃO**

Este Capítulo apresenta as considerações finais sobre o trabalho desenvolvido e os resultados obtidos da análise prática. De referir, algumas recomendações e sugestões de melhoria na preparação e elaboração das contas consolidadas, as contribuições do estudo para as comunidades empresarial e académica, as limitações e críticas do presente trabalho e, a conclusão final.

### **4.1. Contribuições do estudo para as comunidades profissionais e académicas**

Em Cabo Verde a tributação das contas consolidadas é um dado novo e, com este trabalho, académico, penso, contribuir nesta matéria, incentivar e acrescentar valor aos conhecimentos neste domínio, essencialmente, à comunidade profissional, nomeadamente os Auditores e os Contabilistas Certificados, Advogados Especialistas em Fiscalidade, Economistas, etc.

A nível pessoal este trabalho, também serviu para desenvolver a capacidade e empenho pela pesquisa e investigação científica, aprofundar conhecimentos, possibilitou que os mesmos fossem partilhados e serviu também para incrementar o sentido de melhoramento profissional.

### **4.2. Recomendações e sugestões para trabalhos futuros**

Actualmente abordar uma matéria relacionada com aspectos contabilísticos e de relato financeiro reveste-se de uma elevada complexidade, visto ser uma área em constante mutação, confrontando-se com situações em que aquilo que é válido hoje pode não o ser amanhã, exigindo do pesquisador e redactor constantes actualizações e precauções na preparação dos trabalhos, principalmente desta natureza.

Pelo que este trabalho está longe de englobar todas as vertentes e minúcias existentes sobre o tema. A medida que foi-se desenvolvendo o trabalho denotou-se que o tema em questão acaba por de alguma forma ter raízes em outros temas igualmente importantes e que não se podia descuar sua abordagem. Tentou-se apresentar, de forma mais global, em muitos pormenores, o que abre um leque de possibilidades para novas pesquisas, de onde se pode enumerar algumas, tais como:

- Aquisição de Partes de Capital e seus impactos na consolidação de Contas;
- Grupo Empresarias e Concentração de Actividades Empresariais;
- Tratamento dos Impostos diferidos resultantes da consolidação de contas;
- Métodos de Consolidação de Contas, entre outros.

Em relação ao Grupo Tecnical dizer antes de mais nada que se trata de uma empresa referência em Cabo Verde, muito bem organizada, com estratégias e propósitos muito firmes, a nível da organização contabilística mostra-se devidamente constituída, não obstante sugere-se, essencialmente, que:

- Quando reunidas todas as condições exigidas legalmente solicitar a tributação pelo resultado consolidado;
- Sugere-se também que se faça uma avaliação das sociedades membros do Grupo para obter informações sobre os verdadeiros valores das mesmas;
- Realização de testes de imparidade dos seus activos, pelo menos anualmente,

Apesar de estar na sua fase de crescimento, como Grupo, recomenda-se desde já a criação de um órgão interno responsável pela consolidação contabilística, para:

- Elaborar um Manual de Consolidação de Contas que define os métodos e o processo interno de consolidação e que controla, implementa e respeita as normas consideradas: nacionais e internacionais aplicáveis
- Organizar as fases preliminares à preparação e ao estabelecimento das contas consolidadas;
- Participar na implementação dos sistemas de informação adequados respondendo ao critério de aceleração da publicação das contas, nomeadamente num contexto onde a produção das contas consolidadas trimestrais e mensais se está a generalizar.
- Estabelecer as contas consolidadas do grupo, segundo a periodicidade considerada: trimestral, semestral, ou anual e assegurar a redacção do conjunto das publicações que acompanham as contas consolidadas.
- Simular e desenvolver modelos das eventuais operações de estrutura de modo a medir o seu impacto nas contas consolidadas e determina as estratégias financeiras e fiscais apropriadas.

- Tem a cargo a consolidação fiscal nas empresas submetidas a uma fiscalidade de grupo.

#### **4.3. Limitações encontradas no desenvolvimento deste TFC**

Pretendeu-se, no início do estudo, fazer um trabalho que detalha-se todo o processo da elaboração das contas consolidadas do Grupo TecniciL, contudo o mesmo não foi possível devido ao facto de restrições a nível de informações cedidos pelo grupo, tendo ficado aquém do que inicialmente se traçou como um dos objectivos.

A *performance* deste trabalho ficou condicionada a vários factores, designadamente, a insuficiência de bibliografia e a própria pesquisa na internet que embora ofereça uma grande variedade de informações, as mesmas tiveram de ser filtradas sob pena de fundamentar o trabalho com artigos de baixo rigor técnico, o que diminuiu o tempo de outras pesquisas e execução do trabalho, o pouco tempo que tive disponível, pois enquanto estava elaborando este trabalho, também estive estudando e trabalhando, e diga-se de passagem, sob constantes pressões, a própria complexidade do tema, que exige uma permanente actualização dos conceitos e acompanhamento das directrizes internacionais da matéria.

#### **4.4. Conclusões gerais**

Este trabalho revelou que a tributação das contas consolidadas poderá trazer benefícios para o Grupo TecniciL, dependendo contudo de um conjunto de factores que pela sua análise individualizada não possibilitou melhor informação, mas combinando alguns deles foi possível demonstrar benefícios em diversas ópticas, embora ainda não utilizadas no Grupo em estudo.

A questão inicial baseava em responder se havia algum benefício pelo resultado consolidado e de que óptica este benefício seria e que entidade do grupo tem maior benefício, quando efectivamente ocorrerá este benefício e quais as desvantagens do resultado pelo lucro consolidado, em resumo se conclui o seguinte:

- Dos valores do IURPC a pagar, apresentados, resultaria uma poupança de 19.086.867,75 CVE e um imposto a ser pago pela Tecnil SGPS (Empresa consolidante) no valor de 128.846.500 CVE.
- Quem realmente suporta ou beneficia da tributação pelo lucro consolidado, está explicado nas três hipóteses demonstradas, ou seja:
  - **Hipótese I** - a Tecnil SGPS teria um benefício monetário de 51.193.794,50 CVE, pois receberia da Tecnil Imobiliária e Tecnil Industria e repassaria o valor ao fisco mas no montante de 128.846.500 CVE;
  - **Hipótese II** - considerou-se que as empresas que apuraram prejuízos calcularam impostos diferidos e por isso “receberam” (óptica económica) a parte correspondente do imposto tendo por isso um benefício económico; e
  - **Hipótese III** - a Tecnil SGPS suportaria todos os encargos monetários do apuramento do resultado tributável em que todas as outras entidades beneficiariam desta situação.

Constatámos que os resultados obtidos nas participadas, em 2008, foram, por conversão das contas, imputados através do método de equivalência patrimonial à Tecnil SGPS e no período seguinte ao do apuramento dos resultados normalmente procede-se a distribuição dos correspondentes dividendos.

Por este efeito, e caso não houvesse isenções fiscais, os dividendos distribuídos poderiam ser inferiores aos resultados apurados e, por razões óbvias como a constituição de reservas e outras operações que contribuem para que tal suceda. Não obstante a SGPS acaba por ficar em melhores condições monetárias para desembolsar aqueles valores e entrega-los a administração fiscal, mas tudo isso dependerá da gestão do Grupo e certamente das circunstâncias das sociedades na altura de fazer o pagamento do IURPC.

Para concluir, o Grupo deverá apostar nos profissionais neste domínio para estabelecerem estratégias no âmbito fiscal, porque normalmente estão focados na operação e estratégias de gestão e por não conseguirem acompanhar as alterações da legislação ou mesmo ter

conhecimento amplo da ampla e problemática legislação tributária, fazendo com que as empresas sejam prejudicadas em sua saúde financeira.

## BIBLIOGRAFIAS

- **Livros**

ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti – “Contabilidade Avançada – Textos, Exemplos e Exercícios Resolvidos”. São Paulo: Editora Atlas, 1996

ALMEIDA, Rui, - “O sistema de normalização contabilística e de relato financeiro – SNCRF de Cabo Verde, SNC Explicado” –, Edições Técnicas, Lisboa, 2009

ALMEIDA, Rui, Dias Isabel e Carvalho Fernando – “O Novo sistema de normalização contabilística, SNC Explicado” –, Edições Técnicas, Lisboa, 2009

BORGES, A., Rodrigues, A., Rodrigues, R.- “Elementos de Contabilidade Geral”. Lisboa: Áreas Editoras, 2002

LOPES, Carlos António Rosa, - “Consolidação de Contas e Fusões & Aquisições (F&A)”. Lisboa: Editora Rei dos Livros, 2004.

LOPES, Carlos António Rosa, - “Aspectos Contabilísticos e Fiscais da Consolidação de Contas”. Lisboa: Editora Rei dos Livros, 1997.

LOPES, Carlos António Rosa, – “Consolidação de Contas – De acordo com o SNC e Normas Internacionais de Contabilidade (IAS/IFRS)”. Lisboa: Edições Sílabo, 2010.

NABAIS, Carlos – “Contabilidade Geral”, 2ª Edição; Lisboa: Editorial presença 1986

RODRIGUES, João – “SNC Explicado” –, Porto Editora, 2010

RODRIGUES, José Azevedo – “Práticas de Consolidação de Contas” – Lisboa: Áreas Editora, 2002

RODRIGUES, José Azevedo – “Práticas de Consolidação de Contas” – Lisboa: Áreas Editora, 1998

SILVA, F.V. Gonçalves et al. “Contabilidade das Sociedades”. – Lisboa: Plátano Editora. 2006,

- **Leis, Decretos-lei, Portarias, Propostas de Leis:**

Decreto-Legislativo nº 3/99 – Código Empresas Comerciais e Registos de Firmas BO nº 9, I série de 29 Março de 1999;

Decreto-Lei nº 1/96 – Regulamento do Imposto Único sobre os Rendimentos

Decreto-Lei nº 5/2008 de 4 de Fevereiro III Suplemento”, de 29 de Dezembro de 2008- Sistema de Normalização Contabilística e de Relato Financeiro

Decreto-Lei nº 59/99 – Registo de Firmas – BO nº 35, I Serie de 27 de Setembro de 1999

Lei nº 127/IV/95 – Bases do Imposto Único sobre os Rendimentos (IUR)

Projecto de proposta de Lei nº /VII/2009

- **Sites consultados:**

[www.otoc.pt](http://www.otoc.pt)

[www.cnc.min-financas.pt](http://www.cnc.min-financas.pt)

[www.pwc.com](http://www.pwc.com)

[www.isag.org](http://www.isag.org)

- **Outros:**

Consolidação de Demonstrações Financeiras, trabalho no âmbito da Cadeira de Auditoria elaborado por CORDEIRO, Victor Manuel, FERNANDES José Manuel, GOMES Joel. Escola Superior de Tecnologia e Gestão, Beja.2002

Gastambide Fernandes. Comunicação apresentada nas IX Jornadas de Contabilidade e Fiscalidade.

Contribuições para o estudo da IAS 14 – Informação Financeira por segmentos CRITICAS À RESTRIÇÃO DA INFORMAÇÃO PRESTADA; José Filipe Pires dos Reis; Maria Teresa Candeias Godinho; Orlando Manuel Barrocas Roque – Instituto Politécnico de Beja – 2000.

REIS, José Filipe Pires, Sebenta Teórica sobre Consolidação de Contas.

Revista dos Revisores e Auditores Out./Dez. 2007 nº 25



## **ANEXOS**